

1.ª EDIÇÃO



COLETÂNEA-AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO

Organizadora

Ana Angélica Martins Bessa

Autoras

Ana Angélica Martins Bessa

Eunice Pereira da Silva

Maria da Conceição Borges de Campos

Maria do Socorro Pinho de Queiroz

Raquel Ricarte da Silva

Serli Araujo da Rocha

ISBN 978-65-84809-28-4
2022

1.ª EDIÇÃO



COLETÂNEA-AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO

Organizadora

Ana Angélica Martins Bessa

Autoras

Ana Angélica Martins Bessa

Eunice Pereira da Silva

Maria da Conceição Borges de Campos

Maria do Socorro Pinho de Queiroz

Raquel Ricarte da Silva

Serli Araujo da Rocha

ISBN 978-65-84809-28-4

2022



COLETÂNEA- AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO

ISBN 978-65-84809-28-4

ISBN- 978-65-84809-28-4
<https://periodicorease.pro.br/rease>
São Paulo
2022

Ana Angélica Martins Bessa
Eunice Pereira da Silva
Maria da Conceição Borges de Campos
Maria do Socorro Pinho de Queiroz
Raquel Ricarte da Silva
Serli Araujo da Rocha

**COLETÂNEA- AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO
ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO**

1.^a edição

Revista REASE chancelada pela Editora Arche

2022

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Internacional (CC BY- NC 4.0).



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C694 Coletânea [livro eletrônico] : as contribuições da gestão escolar no processo inclusivo / Organizadora Ana Angélica Martins Bessa. – São Paulo, SP: [s. n.], 2022.
168 p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-84809-28-4

1. Educação inclusiva. 2. Escolas – Administração. 3. Professores – Formação. I. Bessa, Ana Angélica Martins.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

1ª Edição - Copyright© 2022 dos autores.

Direito de Edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

Editora-Chefe Dra. Patrícia S. Ribeiro
Revisão Os autores
Projeto Gráfico Ana Cláudia Néri Bastos/ Talita Tainá Pereira Batista

Conselho Editorial Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ
José Faijardo, Fundação Getúlio Vargas
Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho
María Valeria Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina
Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal
José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP
Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba
Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

APRESENTAÇÃO

O orbe da educação tem uma amplitude temática que possibilita inúmeras abordagens. Assim, o Livro digital, COLETÂNEA- AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO faz um rebuscado compilação das discussões atuais sobre temas sensíveis à educação brasileira.

O livro em aludo é composto por 6 capítulos exploratórios de temáticas desafiadoras e contemporâneas, dentre eles, a formação dos professores no que tange a gestão escolar no âmbito da atualidade. O capítulo seguinte, as discussões se centram na escola enquanto o direito primal das crianças. O terceiro capítulo aborda o rol de desafios próprios da gestão educacional de unidades de ensino públicas. Na sequência, as discussões transcorrem sobre a importância das ferramentas lúdicas no atendimento das crianças com TEA- Transtorno do Espectro Autista no contexto do ensino formal a partir da tríade, sociedade, escola e família, com vista a efetiva inclusão.

O 5º capítulo aborda a gestão escolar no âmbito da Educação Infantil com enfoque no desenvolvimento *omnilateral* das crianças matriculadas em creches e classes pré-escolares. Em termo, o livro apresenta importantes discussões acerca da importância do atendimento educacional especializado como uma importante ferramenta para o necessário suporte às crianças com necessidades especiais para garantir o desenvolvimento adequado no interior das escolas.

Ante o exposto, desejo a você leitora e leitor, uma excelente leitura!

Com carinho!

Organizadora

Ana Angélica Martins Bessa

SUMÁRIO

PSICOPEDAGÓGICA

CAPÍTULO 1	10
A FORMAÇÃO ACADÊMICA DA GESTÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA	
CAPÍTULO 2	37
ESCOLA COMO DIREITO DA CRIANÇA - UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE FORTALEZA	
CAPÍTULO 3	56
OS DESAFIOS DOS GESTORES EDUCACIONAIS DIANTE DA INCLUSÃO DA ESCOLA PÚBLICA	
CAPÍTULO 4	77
A SIGNIFICÂNCIA DO LÚDICO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS ALUNOS COM TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA)	
CAPÍTULO 5	95
GESTÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
CAPÍTULO 6	110
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES DE AVANÇO PARA ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	
ÍNDICE REMISSIVO	127

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO ACADÊMICA DA GESTÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Ana Angélica Martins Bessa

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade de realizar uma abordagem sobre algumas questões teóricas e práticas em relação às atividades do gestor escolar, tomando como recorte o contexto geral de instituições públicas da Educação Básica. O objetivo de compreender e discutir os desdobramentos das ações e as relações do gestor, via sua defasada formação. Portanto, propõe um delineamento do perfil do gestor escolar com uma associação entre a sua formação e os modelos de gerir já existentes, suas correspondências para estabelecimento de uma caracterização do gestor contemporâneo, suscetível a todas as ações já existentes em práticas passadas compreendendo como gestão escolar a responsabilidade no estímulo ao ensino de qualidade, ofertando uma visão ampla do desenvolvimento da escola e, conseqüentemente, impulsionando seu desenvolvimento como um todo. A metodologia utilizada foi, a metodologia utilizada foi de uma abordagem qualitativa, utilizando como procedimento a pesquisa bibliográfica. Concluindo que: o Gestor Escolar realiza atendimentos diretos aos alunos; com os pais e professores, reuniões de acompanhamento.

Palavras-chave: Gestão escolar. Formação docente. Prática docente.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vem passando por transformações contínuas em diversos campos, tais como: econômico, político, social, cultural, além das ciências e tecnologias. Neste sentido, a educação escolar vem sendo influenciada diretamente por estas mudanças, na medida em que se busca maior qualidade na educação, com escolas mais democráticas e autônomas, superando o modelo de educação vigente. Essas mudanças só se tornarão possíveis com a união entre o gestor escolar, professores, alunos e a sociedade.

Viver as transformações e administrá-las perpassa pelo profissional em constantes formações e atualizações, visto que segundo alguns estudiosos sobre o assunto, a formação acadêmica é um processo que se desenvolve ao longo da carreira profissional, podendo ser prolongada por toda uma vida e, portanto, varia conforme a região e ou local do evento, representando um desafio à pedagogia tradicional, porque significa introduzir mudanças no processo de ensino e aprendizagem, nos modos de uma estruturação e funcionamento da escola e nas relações

com a comunidade.

Diante dessas metamorfoses, a mudança mais eficaz é aquela em que o indivíduo pode participar de modo efetivo, quando determinadas atitudes já não são mais comportadas, tais como: o autoritarismo, a centralização de tomadas de decisões, entre outras. Neste contexto, a atuação do gestor escolar é precedente para a democratização ou não do ensino e da gestão escolar eficiente.

Observando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9.394/96 vê-se que uma gestão democrática de fato, está baseada nas relações de poder dentro das instituições de ensino, gerando integração, cooperação e participação, e, para isso, as propostas precisam ser construídas e reconstruídas pelas próprias pessoas envolvidas com a escolarização. Assim, lê-se que a gestão escolar deve fundamentar-se nas novas teorias da administração e que apontam para modelos de gestão centrados em parcerias, no planejamento estratégico, na gestão compartilhada. Desta forma, busca-se alternância na gestão, garantindo, assim, a inovação e oxigenação, apostando em profissionais que, além de formação adequada à função, tenham habilidade na condução de processos e na gestão de pessoas.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de se investigar como a gestão se coloca diante dos processos, tanto de ensino como de aprendizagem. Tem-se, ainda, a percepção da falta de pesquisas recentes, discutindo o acompanhamento que os gestores desenvolvem dos processos de ensino e de aprendizagem, em suas instituições. O problema de pesquisa pautou-se a partir do seguinte questionamento: como os gestores de escolas acompanham os processos de ensino e de aprendizagem em suas instituições?

Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica acerca da gestão escolar e o acompanhamento dos processos de ensino e de aprendizagem na Educação. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. No decorrer do estudo foram analisados documentos da legislação educacional brasileira nas áreas de Educação Básica e gestão escolar. Além do estudo dos documentos, buscou-se identificar a percepção dos gestores sobre os processos de ensino e de aprendizagem que estes acompanham em suas instituições.

O tema definido foi à gestão escolar e o acompanhamento dos processos de ensino e de aprendizagem em escolas públicas deste município assim, o objetivo geral a ser alcançado através da pesquisa

foi de : verificar como os gestores das escolas municipais em acompanham os processos de ensino e de aprendizagem em suas instituições. Já os objetivos específicos do presente trabalho são: analisar documentos da legislação educacional brasileira e referencial teórico nas áreas de: Educação Infantil, gestão escolar; organizar os critérios de seleção dos participantes dessa pesquisa, buscando a contribuição da Secretaria Municipal de Educação; entrevistar gestores das escolas municipais visando à análise dos dados produzidos e identificar a percepção dos gestores sobre os processos de ensino e de aprendizagem que estes acompanham em suas instituições.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa qualitativa bibliográfica e de campo. No desenvolvimento da pesquisa bibliográfica foi realizado levantamento do estado da arte acerca da história da Educação, a gestão escolar e suas funções, as políticas públicas para o Ensino Fundamental, bem como o olhar do gestor para os processos de ensino e de aprendizagem. Em relação as hipóteses a gestão das escolas públicas segundo para (1992) e Lück (2009), busca ser compartilhada, assim entende que o diretor desenvolve seu trabalho frente à gestão na tentativa de estar sempre

em união com as famílias e membros de seu conselho escolar.

2. DESENVOLVIMENTO: CONCEITO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão é uma expressão que ganhou corpo no contexto educacional, acompanhando uma mudança de paradigma no encaminhamento das questões desta área. Em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. A democratização deve ser buscada enquanto instrumento para promover a qualidade, portanto um novo conceito se expressa menos em termos de produção de documentos anuais ou planos e mais em termos de processo de trabalho conjunto e de longo prazo, envolvendo toda a equipe da escola e comunidade.

Conforme apontado por Lück (2000, p. 11), a gestão escolar “[...] constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas”, necessárias para garantir o avanço dos processos socio-educacionais dos estabelecimentos de ensino, orientadas para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento.

Menezes e Santos (2002) definem a Gestão Escolar como a expressão relacionada à atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socio-educacionais dos estabelecimentos de ensino orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos.

Atualmente, pode-se ver o perfil do gestor da atualidade ter-se a necessidade de repensar alguns fundamentos na educação e de como iniciar conceitos sobre esta educação, quebrando novos paradigmas, como a relação à interdisciplinaridade, pedagogia de projetos, temas geradores de pesquisa em sala de aula, uma construção do conhecimento e habilidades.

De acordo com Hengemühle (2004, p. 194), a coordenação pedagógica precisa acompanhar as práticas do docente não como “supervisora”, mas como orientadora. Neste sentido, seu perfil também é de liderança, consoante com as tendências pedagógicas contemporâneas, para contribuir com um subsídio nas práticas pedagógicas. Assim, pode-se observar que a orientação educacional não pode perder o foco, que é uma busca de fatores que reflete a gestão escolar através da coordenação pedagógica, com professores ou com a

família, podendo ser pessoal ou pedagógico.

No entanto, cabe ao gestor escolar assegurar que a escola realize sua missão: ser um local de educação, entendida como elaboração do conhecimento, aquisição de habilidades e formação de valores. O gestor deverá animar e articular a comunidade educativa na execução do projeto educacional, incrementando a gestão participativa da ação pedagógico-administrativa, conduzindo a gestão da escola em seus aspectos administrativos, econômicos, jurídicos e sociais. O gestor é o articulador /mediador entre a escola e a comunidade. Ele deve incentivar a participação, respeitando as pessoas e suas opiniões, no que se pode chamar de gestão democrática.

O gestor escolar tem de se conscientizar de que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. Na gestão democrática todos os atores envolvidos no processo participam das decisões.

A escola, para atingir bons resultados na aprendizagem dos seus estudantes e oferecer uma Educação de qualidade, é uma responsabilidade complexa demais para ficar na mão de apenas uma pessoa. Por muito tempo, somente o professor foi

responsabilizado por isso. Porém, as sociedades foram percebendo que o profissional da sala de aula, sem a formação adequada e o apoio institucional, não é capaz de atingir, sozinho, os objetivos educacionais que fazem parte da gestão escolar. Entre eles estão o Diretor, responsável legal, judicial e pedagógico pela instituição e o líder que garante o funcionamento da escola; o Coordenador Pedagógico profissional que responde pela formação dos professores; e o Supervisor de Ensino, representante da Secretaria de Educação, que dá apoio técnico, administrativo e pedagógico às escolas, garantindo a formação de gestores e coordenadores, além de dinamizar a implantação de políticas públicas.

A denominação dos cargos varia de acordo com a rede e eles podem ser exercidos por uma ou mais pessoas. A gestão da Educação exige planejamento, estabelecimento de metas, manutenção de recursos e avaliação.

O Diretor é o gestor escolar por excelência, aquele que lidera, gerencia e articula o trabalho de professores e funcionários em função de uma meta: a aprendizagem de todos os alunos. O Diretor é quem responde judicialmente pela escola e o Coordenador Pedagógico deve ser o especialista nas diversas didáticas e o parceiro

mais experiente do professor. É ele quem responde por este trabalho junto ao diretor, formando, assim, uma relação de parceria - e cumplicidade - para transformar a escola num espaço de aprendizagem. O que ocorre em muitos casos é que, sem formação adequada, o Coordenador Pedagógico acaba assumindo funções administrativas - e a formação permanente fica em segundo plano ou desaparece.

O Supervisor, terceira peça do trio gestor, é o funcionário destacado pela Secretaria de Educação, geralmente um educador, para dar apoio às escolas e fazer a interface do Executivo e as escolas. As redes mais bem estruturadas dispõem de uma equipe de supervisores que divide responsabilidades e se articula para fazer a orientação dos diretores e apoiá-los nas questões do dia a dia, formando os coordenadores pedagógicos e os professores, além de garantir a implementação das políticas públicas, que são as orientações oficiais que dão unidade à rede.

Como papel do educador em sala de aula necessita refletir sobre a sua prática, analisando as situações e melhorando-as, adaptando os pressupostos teóricos à sua realidade e reorientando-os em função dos dados que a realidade lhe oferece. À medida que os educadores

assumirem o papel dinâmico, de busca constante de soluções, pode-se dizer que a inovação educacional é uma realidade nas salas de aula e não somente uma questão teórica. O Educador não é apenas um mero transmissor de informações e conhecimentos, mas sim um colaborador indispensável no processo de ensino-aprendizagem. O Educador tem, ainda, um papel fundamental no futuro dos estudantes. É na escola que se completa e o modo de pensar dos alunos. Para isso, precisa-se de profissionais comprometidos e que acreditem que a educação é o único instrumento capaz de transformar uma sociedade. O papel do educador na escola contemporânea, é, sem dúvida, o de propor a reflexão e a busca incansável do conhecimento.

Quando se fala em Gestão Escolar não se pode pensar, portanto, no Diretor da escola como uma única imagem, mas em um grupo de pessoas que vai da portaria até a direção e, além disso, também os responsáveis pelos educandos. É necessário que se pense em grupo a fim de que se tenham bons resultados, até porque escola e coletividade e suas dificuldades e só serão resolvidas se, de fato, trabalharem em conjunto: seja os pais com os seus filhos, seja a escola, cumprindo o papel de formar cidadãos críticos.

Para se obter uma boa gestão amenize as dificuldades da escola, não esperando por ações da Secretaria de Educação e dos representantes políticos. Se cada pessoa contribuir com a escola, funcionário de lá ou não, certamente haverá alunos que se interessarem pelas aulas, obtendo-se uma escola onde os formadores de opinião terão vontade de ministrar suas aulas.

3. ATIVIDADES ATRIBUÍDAS AO GESTOR ESCOLAR CONTEMPORÂNEO: DA OPERACIONALIZAÇÃO À AUTONOMIA DO PROCESSO DE GESTÃO

O mundo permanece em constantes e rápidas modificações, motivo pelo qual a escola não pode estar à margem ou em outra dimensão se não a da mudança, embora, muitas vezes seja uma instituição com tendências mais conservadoras. Por isso, faz-se necessária a instituição educacional uma tendência relacionada aos aprimoramentos, para que a sua real funcionalidade se consolide em atender aos objetivos educacionais propostos por leis e demais formalidades e, acima de tudo, se adeque às necessidades e urgências das demandas sociais sem perder sua autonomia crítica.

Para Drucker (1993), passamos de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços, o que exige nova parceria entre educação e os negócios. Nos tempos atuais, a educação escolar mudou profundamente se comparada a seu nascedouro na modernidade, há cerca de 300 anos.

Na dinâmica escolar atual, por isso complexa, e de múltiplas tendências, destaca-se a figura do Gestor Escolar como um dos agentes que desenvolveu, ao longo das transformações educacionais, e para nosso interesse no contexto brasileiro, atividades que culminaram em

práticas atualmente compreendidas como funções a ele delegadas. Ou seja, o gestor não se articula apenas com as questões financeiras, administrativas e burocráticas.

Este personagem além de se identificar dessa forma, é visto pelos demais profissionais da educação como aquele responsável também pelas dimensões pedagógicas de relações humanas.

Assim, uma forte tendência eclética situa a versão profissional do gestor escolar a um ‘gerente’ de “mil funções”. Em qualquer contexto, mas, principalmente em escolas públicas, na evidência, por exemplo, da violência, depredação escolar e clientela carente de assistência básica à dignidade da vida humana, o gestor não sabe como lidar ou a quem recorrer. O dirigente escolar, contemporâneo e complexo, se reparte entre diversificadas atividades, mas pode titubear quando questionado sobre a sua real atribuição. Santos (2008, p. 14) refletem sobre esta questão, apontando que:

Um dilema, até o momento, parece-nos insolúvel: as atribuições previstas nas normas estatutárias e regimentais, embora exijam do gestor escolar maior ênfase no trabalho pedagógico (atividade-fim), acaba dando margem, na prática à predominância do administrativo-burocrático (atividade-meio) por força

das tarefas rotineiras; registros de vida escolar do aluno; prontuário dos professores e funcionários, relatórios de medidas e ações propostas pelas secretarias da educação e todo tipo de levantamentos estatísticos.

Acresce que para tantas tarefas, regulares ou extras, na grande maioria das escolas públicas, a infraestrutura material, financeira e humana é bastante precária. É necessário lembrar que a organização escolar é essencialmente complexa, estruturada pelos gestores, corpo docente, funcionários, corpo discente, comunidade, gestão educacional dos órgãos superiores, a legislação, dentre outros, tornando, desta maneira, variados conflitos eminentes e que muitas vezes são somados à falta de recursos humanos, financeiros e materiais. As problemáticas são diversificadas e extremamente correlatas a cada grupo constituinte do meio escolar, girando em torno, na maioria das vezes, de precariedades técnicas ou pedagógicas, com resoluções vinculadas ao gestor.

A falta de autonomia na resolução dos problemas, normas de regulamentos dos órgãos de gestão desajustados com a realidade e com o princípio de eficácia (muitas vezes com uma visão apenas de resultados quantitativos), excesso de normativos,

desajustados e desarticulados, falta de incentivos materiais para órgãos pedagógicos, administrativos, e outros cargos de apoio com competência no auxílio, excesso de responsabilidade sobre o órgão de direção e gestão da escola, são algumas das problemáticas possíveis e existentes.

Todos os critérios e precedentes necessários, legalmente estabelecidos para a atuação no cargo de gerenciamento escolar, não amenizam ou impedem que o despreparo e a fragilidade composta e engendrada, também no processo de formação inicial, acarretem falhas e problemas durante o período de gestão de qualquer diretor. Os cursos de Pedagogia abordam muitos assuntos teóricos, porém não enfocam preceitos reais do meio burocrático, pedagógico, de verbas de materiais, reformas, administração, ou seja, as funções que o gestor escolar, por necessidade e exigência, vem desempenhando historicamente (FREITAS, 2000). Em contrapartida, Silva (2007, p. 226) situa um novo caminhar, em atendimento a essas falhas identificadas na formação do gestor.

A tendência para valorização das práticas como fonte de conhecimento e para o ensino de destrezas práticas justifica o crescente número de cursos que complementam a formação em sala com outros locais

considerados mais próximos da administração educacional prática; destes, um tipo frequentemente referido na literatura é a implementação de cursos que complementam a formação em sala com uma componente de estágio em cargos de direção numa escola, ou que são mesmo estruturados em torno de certas formas de estágio como administradores, prevendo estas reuniões com outros “administradores estagiários” em centro de formação.

A integração entre técnica administrativa, sensibilidade pedagógica, habilidade com a resolução de problemáticas no processo das relações humanas, e a iniciativa em possibilitar ideias que direcionem ações e integração de grupos, muitas vezes aparecem como características desejadas à configuração de um gestor escolar ideal, porém a realidade, verificada por estudiosos da gestão escolar, implica que a formação profissional dos gestores tem sido insuficiente para auxiliar as funções destinadas, na contemporaneidade, a este cargo, incluindo, assim, na carreira desses profissionais novas maneiras de solidarizar as angústias e desafios, situação esta verificada no compartilhamento de experiências e apoio em auxílio de instituições hierárquicas acima da escola. Santos (2008, p. 11), assim sinaliza esta teia árdua

dos gestores atualmente em exercício:

A maioria dos gestores escolares buscam orientações e soluções para seus problemas administrativos ou técnicos com colegas mais experientes ou aguarda “ordens” da diretoria de ensino, em vez de buscar soluções próprias que exigem, evidentemente, maiores conhecimentos dos fatores envolvidos, mais capacidade de análise da situação e discernimento, condições que não foi propiciada durante sua formação nos cursos de Pedagogia, a chamada inicial, tampouco nos processos de capacitações posteriores, denominadas de formação continuada e ou em serviço.

Isso significa identificar a existência de uma Formação Informal (SILVA, 2007), verificada na tentativa de sanar as dúvidas, em uma via empírica, baseada em exemplos concretos e práticos do cotidiano escolar. De fato, a tendência informal pode contribuir para o processo de aprendizagem dos gestores, porém faz-se necessário refletir sobre possíveis problemas, quando relacionamos esta disposição de aprendizagem com uma tendência dinâmica peculiar, incluindo eventualidades como a repetição sem contestamentos, podendo assim acarretar conformismo, reprodução e exígua problematização nos exemplos e visualizações das experiências.

Essas práticas, para além de uma formação defasada, se justificam pelas frequentes ocupações de cargos, em um processo de migração rápida entre sala de aula e a direção. O professor, na carência da formação inicial e continuada, assume a direção de uma escola de maneira direta, sem vias preparatórias.

Desconhecendo a rotina administrativa, sem prévio contato com o pessoal de apoio, inexperiência ao lidar no atendimento ao público em geral, componente da comunidade escolar, sem domínio da sequência hierárquica da escola e seus órgãos congêneres, que não sabe acompanhar a demanda burocrática de pagamentos, realizar a elaboração de cargas horárias, gráficos, tabelas e demonstrativos solicitados como levantamentos comparativos e outros variados documentos de cunho pedagógico-administrativo, uma vez que existe a necessidade de o gestor acompanhar todo o processo de construção, bem como elaboração de um meio de validação, que consiste como sua responsabilidade maior no sentido de empregar uma rotina de trabalho planejada e organizada no espaço escolar. O gestor tem inúmeros desafios, pois existe um abismo entre a prática universitária e a atuação docente e a atuação na gestão.

Para além deste déficit na atuação em áreas

específicas. Que são as administrativas e pedagógicas no âmbito escolar, os processos de convivência e as complexas redes de relações humanas se constituem como outro fator exponencial da gestão atual. Cabe registrar que todas estas questões estão presentes nas comunidades escolares que, desprovidas muitas vezes de pedagogos, em particular as escolas de Ensino Fundamental nas séries finais e Ensino Médio, psicólogos e da própria presença da família ou responsável, como coparticipantes do processo de construção da educação, transferem essas atribuições ao gestor.

Essas demandas de multiplicações das tarefas destinadas aos gestores escolares justificam uma das problemáticas centrais da necessidade de disposição de coordenadores, orientadores e funcionários em número relevante e qualificação eficaz para assessoramento de professores no planejamento, na execução e avaliação de suas atividades pedagógicas.

O atendimento dessa demanda supriria as condições técnicas, administrativas e pedagógicas necessárias para a escola construir a sua própria proposta pedagógica e arregimentação para a realidade específica de suas carências e adequação histórica, evitando as padronizações curriculares, previstas em ações gerais,

para atendimento de um público específico.

Neste sentido, Paro (1987) reflete a necessidade de relativizar e avaliar os aspectos da ação empresarial que, de fato, devem ser introduzidos no espaço escolar. De acordo com o autor, a teoria de Gestão Empresarial, ao favorecer a introjeção para a escola de iguais regras que na empresa atendem aos interesses do capital, logo estará funcionando como fator de homogeneização do comando exercido pela classe burguesa na sociedade. Podendo, desta maneira, a escola prestar objetividade aos propósitos da classe hegemônica.

Assim, com seu pressuposto básico de aplicar na escola as normas e métodos administrativos que são específicos da empresa capitalista, a maioria dos trabalhos teóricos de Administração Escolares publicados entre nós revela também sua natureza eminentemente conservadora da ordem social vigente (PARO, 1987, p. 129).

Silva (2007), todavia, evidencia uma versão positiva da tendência da Gestão Empresarial da Educação Pública, quando destaca temáticas relacionadas à dimensão financeira e de contabilidade. Sustentando, ainda que estes conteúdos venham se acentuando nos currículos, não apenas por uma particularidade daqueles que os compõem, mas por necessidade específica daqueles

participantes da formação, que possivelmente serão os gestores em atuação futura. Estes acontecimentos geram novos e destacadas “responsabilidades de decisão da escola, agora com uma autonomia mais alargada, responsabilidades ainda acrescidas dos poderes de tutela de controle e fiscalização, vêm colocar particular estresse ao nível da gestão financeira e da contabilidade.” (SILVA, 2007, p. 237).

O gestor da escola pública brasileira, desta maneira, se depara com gigantesco desafio, prevendo assim deste profissional uma exigência pautada em execução com compromisso e humanização, conforme as condições em que se desloca a sua prática. Nesta perspectiva de apreensão das experiências e dinâmicas educacionais, Sander (2007) discorre sobre esta reorientação escolar vigente, que se delibera direcionada ao contestamento e funcionalidade social real quanto a sua prática, representada por todos os profissionais envolvidos, realçando a representação do gestor e o desenvolvimento da gestão.

A partir da evidência da inadequação da lógica econocrática e comportamental na gestão da educação, as últimas décadas do século XX foram testemunhas de uma nova consciência social sobre a importância de redefinir

os princípios orientadores dos estudos e práticas de administração da educação, incluindo o próprio significado da eficiência e da eficácia como critérios de desempenho administrativo, em face de valores éticos e compromissos políticos que determinam os fins e objetivos da educação. Essa perspectiva se fundamenta na convicção de que a gestão da educação, longe de ser um instrumento ideologicamente neutro, desempenha um papel político e cultural, situado no tempo e no espaço (SANDER, 2007, p. 14).

Desse modo, é possível compreender que as competências teóricas e práticas para atuar como gestor escolar sofreram alterações e continuam enriquecidas por diversificadas mudanças em escalas educacionais, políticas, econômicas, como também em uma dimensão no caráter de destaque social, supondo que a posição de estar/ser gestor pode ser socialmente compreendido como uma atividade de chefia, configurada como de prestígio, seguindo até os dias atuais os ideários educacionais do início do século XX, sinalizados por Freitas (2000):

Não foi por acaso que, durante muitos anos, as escolas adotaram o modelo de administração científica, baseado nos princípios de Frederick Taylor. Na sociedade industrial do início do século XX, predominava com

sucesso a administração científica, centralizadora e hierarquizada. A teia administrativa tinha a conformação de pirâmide, cujo topo hierárquico era legitimamente ocupado pelo venerável chefe detentor de todo poder de decisão e de mando.

Os demais membros desse conjunto, distribuídos por especializações, eram mais executores de ordens e planejamentos que decisórios. Quanto mais próximos da base da pirâmide, menos poder de decisão, menos educação formal e menos respeito social. Essa forma de administrar tomou conta da escola, condicionada pela política econômica e cultura dominante (FREITAS, 2000, p. 47).

Existe a possibilidade de permear tal figuração no imaginário social dos pais, alunos, familiares e colegas de profissão, envolta sobre a execução do exercício da gestão escolar. Ou seja, o gestor como sendo aquele que orchestra e demanda a palavra maior no contexto escolar, que delibera em comando amplo e generalista, o que será gerenciado.

A isso, porém, se acresce a responsabilidade por todos os processamentos do fracasso, caso isso ocorra, mas também a estima pelo sucesso fruto do trabalho encaminhado.

No centro da problemática, o gestor assume a figura que supostamente pode potencializar e possibilitar ações que indiquem a melhoria das ações e que irão direcionar as mudanças. As reuniões pedagógicas, o cumprimento das atividades complementares, a elaboração e sugestões de planos de aulas são momentos tensos, que exigem flexibilidade e tolerância do gestor, que neste momento se torna um mediador, um condutor da negociação através da sua proposta de trabalho. A superação nas tentativas dispõe um profissional, que arrisca que ouça que não necessariamente copia ou segue hierarquicamente algum órgão maior que o escolar. Este é mais um desafio do gestor, conforme reflete Santo (2008, p. 13):

Não existem receitas maravilhosas ou teorias infalíveis para gerir uma instituição, de qualquer natureza, pois hoje, com a velocidade das mudanças, aquilo que se estabeleceu em um dado momento logo pode mostrar-se inadequado. É fundamental um diagnóstico da realidade, identificando seus principais problemas para conceber os encaminhamentos pertinentes para sua solução.

Assim, para suprir essa nova visão do contexto escolar envolvido por cumulativa historicidade e perversas celeridades nas mudanças, que não podem ser negadas, o gestor do século XXI pode predispor autonomia e

reflexões vanguardistas, se comparado a outras lideranças do ambiente escolar de décadas passadas. Quanto a essa condição multifuncional e remodelada, direcionada ao gestor, faz-se necessário elucidar a conceituação já evidenciada, em meados da década de 1960, sobre a prática administrativa escolar, descrita no I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, que assim sinalizava tal atividade:

A administração escolar supõe uma filosofia e uma política diretoras preestabelecidas; consiste no complexo de processos criadores de condições adequadas às atividades dos grupos que operam na escola em divisão de trabalho; visa à unidade e economia da ação, bem como o progresso do empreendimento. O complexo de processos engloba atividades específicas, planejamento, organização, assistência à execução (gerência) avaliação de resultados (medidas), prestação de contas (relatório), e se aplica a todos os setores da empresa- pessoal, material, serviços e financiamento (ANPAE, 1961, apud SANDER, 2007, p. 35).

De fato, uma amplitude complexa e demasiadamente sugestiva de esforços e abdições profissionais. Esta grandiosidade e exigente demanda de trabalho muitas vezes direciona a inadequação secular das instituições que formam os futuros diretores. As formações

continuadas também deixam muitas lacunas e talvez nenhuma formação seja suficiente para a atuação em uma demanda tão densa e extremamente diversificada. Possivelmente, a adequação ao cargo de gestor se configura, por uma questão maior, que não apenas a de verificação da postura profissional e perfil, mas em uma historicidade em atividades correlatas que cumulativamente possam ter influências positivas no auxílio das exigências do cargo.

Por isso a expectativa direcionada a um gestor em exercício, a avaliação da sua conduta por toda a comunidade escolar, a publicidade que se estabelece na sua vida profissional e a falta de estímulo financeiro acarretam, muitas vezes, uma intolerância à disponibilidade em assumir o cargo e a sua execução. Esta dinâmica enquadrada ao novo gestor traz a representação sobre a reflexão necessária aos reais avanços e retrocessos de tornar-se gestor, tendo em vista que uma responsabilidade desta potencialidade não poderá jamais ser avaliada, observando apenas uma possível vocação ou ainda, uma tentativa de fuga da sala de aula, dos processos docentes e pedagógicos.

As administrações então, desse momento de transição por novas divisões de trabalho e anseio

democrático, moldam como os trabalhos ocorrerão para a avaliação do que deve sair ou permanecer no planejamento da escola, configurando um momento tenso e necessário de habilidade para ser transcorrido da melhor maneira possível. Por isso é sempre esperado do diretor do século XXI a intenção maior do exercício da cidadania pela comunidade, criando um ambiente de respeito e afetividade, com favorecimento do crescimento pessoal e profissional de todos os envolvidos no processo de trabalho e com a humanização do relacionamento.

Dirimindo preconceitos e evitando, na medida do possível, às problemáticas, a falta de condição de trabalho, a deficiência na formação inicial, a precária rede de recursos humanos para apoio e toda a complexidade que envolve o ato de gerir uma escola na atualidade, torna claro que não basta apenas boa vontade e honestidade para administrar com sucesso uma equipe de trabalho, composta por intelectuais do ensino.

Por todas essas problemáticas, fica notória a não evolução legislativa, no sentido de regulamentação legal, pelo qual os gestores estão tramitando dentro e fora dos espaços escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal verificar como os gestores das escolas acompanham os processos de ensino e de aprendizagem em suas instituições. Desta forma, a pesquisa foi construída através da análise de documentos da Legislação Educacional Brasileira e referencial teórico nas áreas de Educação Infantil e Gestão Escolar.

Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas com gestores destas escolas, buscando identificar a percepção dos gestores sobre os processos de ensino e de aprendizagem que estes acompanham em suas instituições.

Além disso, é importante dar destaque ao conceito de Educação Integral, que se percebeu ter muita relação com a gestão, pois cabe a esse campo da Educação pensar em rotinas menos administrativas, pensar as rotinas da Educação Infantil, voltando-se para a criança e suas necessidades e não pensando apenas no bom funcionamento do refeitório, nos horários dos funcionários, mas sim atentar-se para uma rotina mais pedagógica, que torne todos os momentos em momentos de aprendizagem, seja em uma troca de fralda, em que o professor possa ter tempo de interagir com a criança,

como respeitando o tempo de cada, sendo flexível tanto na hora do sono como nos momentos no refeitório, em que alguns levam mais tempo para comer. Estas são apenas algumas ações necessárias para que as crianças possam se desenvolver integralmente.

Assim, através desta pesquisa e de experiências profissionais já vividas, pode-se acreditar que é importante destacar o grande trabalho realizado pelos gestores da Educação Infantil, que tem na legislação vigentes assegurados direitos e deveres, dos quais muitas vezes não são exercidos na prática, pois em pleno século XXI ainda se observa o descaso do Estado com a Educação, tendo-se: salas de aula superlotadas, visão distorcida das famílias sobre a Educação Infantil, falta de investimentos na infraestrutura, na estrutura e na qualificação dos professores, salários atrasados e sem reajuste, contratação excessiva de estagiários e rotatividade de professores, do início ao fim do ano letivo. Todos estes fatores citados refletem, tanto no trabalho dos gestores como no bom andamento do ensino e da aprendizagem, desenvolvida nesta etapa da vida das crianças.

Refletem, ainda, sobre o modelo escolar vigente e que exige do gestor um desdobramento profissional acentuado de múltiplas funções e desafios, um perfil

inacabado e complexo, caracterizado pela falta de incentivo financeiro e desvalorização profissional da função.

Quando se fala em gestão escolar não se pode pensar, portanto, em uma única imagem: a do Diretor da escola, mas, sim, em um grupo de pessoas que vai da portaria até a direção e, além disso, envolvendo também os responsáveis dos educandos.

É necessário que se pense em grupo, a fim de que se tenham bons resultados, até porque escola e coletividade, com tais dificuldades, só serão resolvidas se, de fato, trabalharem em conjunto: seja os pais com os seus filhos, seja a escola, fazendo o papel de formar cidadãos críticos. Para que se obtenha uma gestão que amenize as dificuldades da escola, não se pode apenas esperar ações da Secretaria da Educação e dos representantes políticos; mas, se cada pessoa contribuir com a escola, seja funcionário ou não de lá, decerto, ter-se-á alunos que se interessarão pelas aulas, uma escola onde os formadores de opinião terão vontade de ministrar aulas.

Todavia, para que a educação aconteça na escola é necessário o encontro da teoria e da prática, até porque não se pode pensar na colocação de pessoas em uma sala de aulas e deixá-las sem instrução.

Considera-se que este estudo foi bastante enriquecedor para a área docente, porque ele pode confirmar que a união da teoria com a prática sempre foi importante. Dessa forma, observou-se que a educação acompanha o cidadão não só em período escolar, mas por toda a sua vida, pois há sempre perspectivas de aprendizagem de algo novo . Por fim, durante a sua rotina, o Gestor Escolar realiza atendimentos diretos aos alunos; com os pais e professores, reuniões de acompanhamento.

É preciso reconhecer a importância da Gestão Escolar e que vai além dos seus conhecimentos teóricos para acompanhar o trabalho pedagógico dos professores, estimulando-os. Assim, é necessária uma constante atualização dos seus conhecimentos, levando-o ao aumento da sua percepção e sensibilidade, buscando fontes de informação e refletindo sobre as suas práticas na identificação das necessidades dos alunos e professores.

REFERÊNCIAS

ABDIAN, Graziela Zambão; ANDRADE, Ederson Pereira. **Função do (a) gestor (a) escolar: sentidos construídos nas escolas públicas.** *Dialogia*, São Paulo, n. 22, p. 131-144, jul./dez. 2015.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Laurence Bardin: tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação e tese.** São Paulo: Editora Atlas S/A, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Ministério da Educação Cultura, 1996.

BRASIL. Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Promulgada em 20 de dezembro de 2017. +Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2006.

CHEMIN, Beatriz Francisca. **Manual da Univates para Trabalhos Acadêmicos**. 3. ed. Lajeado: Ed. da Univates, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – Coleção Leitura

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GADOTTI, Moacir (Coord). **Educação e Sociedade**. Ano II-n°6. São Paulo: Cortez, 1980.

HENGEMUHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2004.

HOFFMANN, Jussara M. L. **Novos olhares sobre a avaliação**. In.: Contos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 11-32.

JABLON, Judy R.; DOMBRO, Amy Laura; DICHTELMILLER, Margo L. **O poder da observação: do nascimento aos 8 anos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCK, Heloisa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. E Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

LUCK, Heloisa. **Gestão Educacional: uma questão**

paradigmática. E Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

MOREIRA, Verônica Martins. **Gestão educacional e prática docente na realidade escolar.** Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 8, n. 15, p. 2346-2374, 2012.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. "Gestão escolar" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.* São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

RODRIGUES, Maria Bernadette Castro. **Planejamento: em busca de caminhos.** In: **Planejamento em Destaque: análises menos convencionais.** XAVIER, Maria Luisa M; DALLA ZEN, Maria Isabel H. (Org.). Porto Alegre: Mediação, 2000. P. 59-73

VEIGA-NETO, Alfredo. **Delírios Avaliatórios: o currículo desvia para a direita ou um farol para o currículo.** In: **Currículo: Conhecimento E Avaliação, Divergências e Tensões/ organização André Márcio Picanço Favacho, José Augusto Pacheco, Shirlei Rezende Sales.** 1. Ed. Curitiba-PR. Editora CRV. p.155-175

UNESCO. **Declaração de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 novembro 2021.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento:** plano de ensino e aprendizagem e projeto educatvo. São Paulo: Libertat, 1995.

CAPÍTULO 2

ESCOLA COMO DIREITO DA CRIANÇA - UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE FORTALEZA

Raquel Ricarte da Silva

RESUMO

O presente capítulo, visa analisar as políticas públicas para educação infantil e como elas têm se aplicado aos alunos do município de Fortaleza. O trabalho traz uma narrativa histórica da educação, levantando como a educação passou a ser vista como um direito das crianças, além disso, o trabalho dialoga sobre conceitos básicos que perpassam essa questão e vem analisar documentos da educação no município de Fortaleza, buscando perceber qual o perfil das crianças que acessam a rede pública e como as políticas vêm sendo aplicadas nas escolas do município, a fim de perceber como as políticas públicas interferem no formato das escolas e no acesso cotidiano da criança a ela.

Palavra-chave: Educação. Criança. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A criança é um indivíduo que vivencia a infância, dentro das condições em que a sociedade que o comporta lhe permite. Muitos fatores interferem no vivenciar dessa infância, os quais gostaríamos de destacar três, dos que identificamos ser determinantes na moldura que há de tomar a vivência infantil de cada pessoa: a classe social, o grupo cultural em que vive, e o tempo histórico em que está inserido o indivíduo.

Mas afinal, o que é a infância?

A infância é uma construção histórica, resultado de um processo complexo de produção de representações sobre as crianças, de estruturação dos seus cotidianos e mundos de vida e, especialmente, de constituição de organizações sociais para as crianças. (SARMENTO, 2004, p. 11)

Salientando o discurso de Sarmiento, podemos observar que existem várias infâncias possíveis. Algumas crianças trabalham desde a mais tenra idade. Outras não terão o trabalho como parte da sua vivência infantil. Algumas crianças brincam em campo aberto. Outras brincam em apartamentos com poucos metros quadrados. Algumas crianças têm acesso a brinquedos industriais, outras só tem acesso a brinquedos produzidos por elas mesmas ou por familiares. Enfim, a forma de vivenciar a infância é mutável.

Se tomarmos a literatura como um retrato da

infância em cada tempo, podemos nos deter a narrativa de Carlos Drummond Andrade em seu poema "Infância":

“Meu pai montava a cavalo, ia para o campo.
Minha mãe ficava sentada cosendo.
Meu irmão pequeno dormia.
Eu sozinho menino entre mangueiras
lia a história de Robinson Crusóé,
comprida história que não acaba mais.

No meio-dia branco de luz uma voz que
aprendeu
a ninar nos longes da senzala – e nunca se
esqueceu
chamava para o café.
Café preto que nem a preta velha
café gostoso
café bom.

Minha mãe ficava sentada cosendo
olhando para mim:
– Psiu... Não acorde o menino.
Para o berço onde pousou um mosquito.
E dava um suspiro... que fundo!

Lá longe meu pai campeava
no mato sem fim da fazenda.

E eu não sabia que minha história
era mais bonita que a de Robinson Crusóé”
(Fonte: FARACO & MOURA. Linguagem

Nova. In: Obra Completa. Rio de Janeiro, 1967.)

Neste texto, o poeta relata uma infância feliz, destacando que cedo teve acesso à leitura e que também tinha acesso a natureza. Destaca o cheiro de café como elemento do cotidiano e dá como plano de fundo o universo da fazenda. Já Victória Cruz, relata uma perspectiva bem diferente a respeito da infância em seu poema "Gritaram-me negra":

Tinha sete anos apenas,
apenas sete anos,
Que sete anos!
Não chegava nem a cinco!
De repente umas vozes na rua
me gritaram Negra!
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
Negra!
“Por acaso sou negra?” – me disse
SIM!
“Que coisa é ser negra?”
Negra!
E eu não sabia a triste verdade que aquilo
escondia.
Negra!
E me senti negra,
Negra!
Como eles diziam
Negra!
E retrocedi
Negra!

Como eles queriam
Negra!
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos
e mirei apenada minha carne tostada
E retrocedi
Negra!
E retrocedi . . .
Negra! Negra! Negra! Negra!
Negra! Negra! Neeegra!
(...)
E passava o tempo,
e sempre amargurada
Continuava levando nas minhas costas
minha pesada carga
E como pesava!...
Alisei o cabelo,
Passei pó na cara,
e entre minhas entranhas sempre ressoava a
mesma palavra
Negra! Negra! Negra! Negra!
Negra! Negra! Negra!
Até que um dia que retrocedia ,
retrocedia e que ia cair
Negra! Negra! Negra! Negra!
(...)
E daí?
Negra!
Sim
Negra!
Sou
Negra!

Negra
Negra!
Negra sou
Negra!
Sim
Negra!
Sou
Negra!
Negra
Negra!
Negra sou
De hoje em diante não quero
alisar meu cabelo
Não quero
E vou rir daqueles,
que por evitar – segundo eles –
que por evitar-nos algum disabor
Chamam aos negros de gente de cor
E de que cor!
NEGRA
E como soa lindo!
NEGRO
(...)
Negra sou!

(<https://feminismo.org.br/me-gritaram-negra-poema-de-victoria-santa-cruz/18468/>
visitado em 10/01/2020)

Vitória Santa Cruz ressalta em seu poema, que por conta de sua condição racial, passou por uma infância muito diferente daquela narrada por Carlos Drummond

de Andrade no poema anterior. Percebemos assim que, a compreensão de educação infantil perpassa, em primeira instância, a compreensão da criança na sociedade e a percepção das várias infâncias existentes no território nacional.

Neste cenário, procuramos investigar a formação de políticas para educação infantil no Brasil, buscando alcançar especificamente a formação das políticas educacionais na cidade de Fortaleza.

Num primeiro momento, o trabalho traz autores que dialogam sobre a temática, a partir de uma abordagem histórica do entendimento de infância. Em seguida, procuramos nos deter na análise de documentos importantes na constituição da criança enquanto ser político. Elencamos para isso três documentos, que consideramos ser os mais determinantes na estruturação de uma política para educação infantil. São eles: A constituição de 1988, o estatuto da criança e do adolescente (ECA) e o Plano municipal de educação de Fortaleza (2015-2025), buscando compreender como esses instrumentos são relevantes, na garantia de direitos e melhorias da qualidade no acesso à educação pública para a população infantil.

A análise de documentos que apontam diretrizes políticas para educação realizada neste estudo, tem como

objetivo fazer um levantamento dos direitos já conquistados pela população, além de procurar perceber se a aplicação prática desses instrumentos tem se viabilizado no município de Fortaleza.

2. PENSAR POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS

As infâncias são muitas e cada criança é um indivíduo complexo, pelo qual perpassam muitas questões humanas e sociais, que devem ser consideradas no processo educacional.

A infância, enquanto acontecimento biológico sempre existiu, mas a compreensão social dela, ou o “sentimento de infância”, foi sendo construído ao longo da história, como relatam os estudos de Philippe Áries, considerado o precursor dos estudos sobre a infância:

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (Ariès, Philippe. História social da criança e da família, 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.1981)

Para o autor, até a idade média as crianças eram vistas como adultos em miniatura. Apenas com o avanço da idade moderna, as crianças passaram a ser compreendidas na perspectiva do desenvolvimento, ou seja, compreendeu-se a infância como uma etapa da vida, em que o ser humano está em processo de desenvolvimento, portanto seria necessário pensar uma educação voltada para facilitar e aprimorar esse processo.

Cabe salientar, porém, que no Brasil a educação era

um privilégio para crianças brancas. Crianças indígenas eram educadas para se tornarem “civilizadas”, e assim poderem servir como força de trabalho barata e mesmo escrava. Crianças negras eram vistas como pequenos escravos, cuja fase infantil era muito curta, como podemos observar nos estudos de João Diógenes Ferreira dos Santos.

De acordo com Kátia Matoso, as categorias de infância, adolescência e idade adulta eram usadas tanto na população livre e liberta como na população escrava. No entanto, quando as crianças negras começavam a dar os primeiros passos e a pronunciar as primeiras palavras (geralmente após os três anos de idade) executavam “pequenas tarefas” domésticas, que não tinham “caráter econômico”. Agora, quando os escravos atingiam sete a oito anos de idade ingressavam compulsoriamente no trabalho produtivo, configurando, assim, a passagem da infância para a idade adulta. (SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28, p.224 –238, dez. 2007)

Em oposição a criança indígena e negra, a criança branca começava a ser educada em matérias básicas por volta dos seis anos, geralmente em casa. Crianças escravas eram instruídas para o trabalho logo que aprendiam a andar e falar, e já eram tidas como adultos a partir dos 12 anos.

Com a abolição da escravatura e proclamação da república, começou-se a pensar politicamente a condição

das crianças de uma forma geral. Começaram a surgir as primeiras creches, que vinham a atender tanto os filhos das trabalhadoras das indústrias, bem como das empregadas domésticas. Em 1919, foi criado o departamento da criança, órgão que se tornou responsável por pensar políticas para a infância, ainda na perspectiva principal de prevenir o aumento da mortalidade infantil, no entanto, os organismos de proteção e apoio à criança vieram se intensificar no Brasil, a partir da década de 30:

Na década de 1930, com o estado de bem-estar social e a aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestaram-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais. A criança passou a ser valorizada como um adulto em potencial e sem vida social ativa. A partir dessa concepção, surgiram vários órgãos de amparo assistencial e jurídico para a infância, como o Departamento Nacional da Criança, em 1940; a Legião Brasileira de Assistência, em 1942; o Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, em 1953; e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1972, entre outros. (SCHRAMM, Sandra Maria de Oliveira. MACEDO, Sheyla Maria Fontenele. COSTA, Expedito Wellington Chaves. Pedagogia: Fundamentos da educação infantil. 3ª edição. Ed. UECE. Fortaleza/CE.2019.)

A partir de 1970, foi instituída a educação pré-escolar, para crianças de 4 a 6 anos.

Podemos observar que, a complexidade da constituição social brasileira, também interfere na forma

como é vista a infância, e que crianças com diferentes origens vivenciam infâncias diferentes. Essa realidade certamente se reflete na escola, levando a necessidade de criação de estruturas e políticas específicas para educação infantil. Contudo, na constituição de uma educação infantil, é preciso perceber a criança como um ser em formação, mas também como um ser completo em si mesmo. A criança já é um indivíduo no tempo presente, portanto sua educação não pode estar projetada apenas para o que ela será, mas também para a persona social que ela já é.

Neste estudo, privilegiamos a análise de documentos da política brasileira, com citações referentes à educação de crianças, fomentado a partir da criação da pré-escola.

O primeiro documento que gostaríamos de destacar, é a constituição de 1988. O texto coloca como um dever do estado brasileiro prestar assistência social para crianças e adolescentes carentes. Chamamos também atenção para o artigo 208:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I–Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II–Progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III–atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV–Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade

(BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.)

Como podemos perceber, a partir de 1988, o estado brasileiro se compromete em garantir a educação gratuita para crianças a partir dos quatro anos. Num país de forte herança escravocrata, essa medida possibilitou que crianças negras e indígenas tivessem acesso a escola, ainda que não garantisse a efetivação imediata deste direito. Outro ponto relevante da constituição, é que ela menciona no artigo 227, ser dever da família, da sociedade e do estado salvaguardar os direitos básicos das crianças.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.)

A novidade que esse texto traz para a sociedade brasileira, é a legitimidade da garantia de direitos básicos para todas as crianças, sem fornecer, em nenhum momento, privilégio por cor, religião ou classe. O texto ainda reafirma o compromisso, em garantir para as crianças o direito à liberdade, reafirmando assim a necessidade de uma nova estruturação social, não mais pautada em qualquer herança cultural da cultura escravocrata.

A fim de fazer vigorar o artigo 227 da constituição brasileira, é criado o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), em 1990. O ECA foi de grande relevância na constituição de políticas para educação infantil, tendo em vista que reforça o texto constitucional, sendo, no entanto, um instrumento mais direcionado ao trato com a criança e a infância, compreendendo a criança como um ser com direitos básicos, incluindo o direito a educação. Os princípios de educação infantil propostos pelo ECA, se contrapõe as medidas educacionais propostas pela herança colonial brasileira.

No artigo 18, o documento propõe que a criança e o adolescente têm direito a ser educados sem uso de castigo físico, lesão, sofrimento, tratamento cruel ou degradante, humilhação e/ou ridicularização. Já no

artigo 53, o documento assegura igualdade de condições para o acesso à escola, direito de ser respeitada pelos seus educadores, direito de contestar critérios avaliativos, direito de participar e organizar entidades estudantis.

Podemos notar que tanto a Constituição de 1988, como o Estatuto da criança e do adolescente, percebe a criança como um ser político, sendo a educação um dos direitos básicos que lhe assistem.

3. ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE FORTALEZA

A principal política educacional do município de Fortaleza é o Plano Municipal de Educação. Um plano de educação municipal é um planejamento para um período de 10 anos, que alinhado com os planos estaduais e federais, determina diretrizes, metas e ações que deverão nortear a política educacional municipal.

Segundo o plano municipal de educação do município de Fortaleza (2015-2025), a educação infantil e o ensino fundamental são as maiores prioridades de ensino e destacam alguns dados sobre a realidade das crianças cearenses.

Segundo o documento, a população de crianças de 0 a 3 anos têm diminuído no município, dado o avanço dos métodos contraceptivos, alta taxa de mortalidade infantil e reconhece nesta diminuição o fato de não ter ocorrido aumento no número de matrículas para crianças nessa faixa etária, embora reconheça que a matrícula dessas crianças em creches é facultativa e portanto, podem os responsáveis ter elegido outros métodos para sua educação. O documento também destaca que as matrículas nessa faixa etária são mais recorrentes em escolas privadas, no entanto aponta crescimento no número de matrículas entre os anos de 2008 a 2014. O

documento dá especial atenção à ampliação do serviço de creches.

Com relação à taxa de escolarização de 0 a 3 anos, portanto, tendo como referência o atendimento em creche, constata-se que em 2014 a taxa líquida de escolarização era 18,3% e a bruta, 29,5%. Com referência à faixa de 4 e 5 anos, essas taxas são 62,3% e 95,4%, respectivamente. Essa realidade remete à conclusão de que se faz necessário um esforço conjunto, sociedade e poder público, para universalizar o atendimento na pré-escola, às crianças de 4 e 5 anos de idade, em cumprimento às determinações legais. Tem-se, portanto, nessa etapa de ensino, dois grandes desafios: assegurar o acesso de todas as crianças de 4 e 5 anos de idade à pré-escola e ampliar o atendimento em creche. (Fortaleza. Plano municipal de educação. SME- Secretária municipal de educação. 2015)

Ainda observamos, que o documento reafirma os compromissos da Constituição de 1988 e do ECA (1990), ao levantar que a educação é um direito de todos, sendo um dever do estado garantir acesso à educação gratuita e de qualidade para todas as crianças de 0 a 5 anos, independente de raça, cor, credo ou qualquer outro indicativo social.

O plano estabelece também algumas diretrizes para ações educacionais do município, dentre elas estão a implantação progressiva da educação infantil em tempo integral, obrigatoriedade de matrícula de crianças com deficiências e/ou transtornos globais, que interferem diretamente na aprendizagem, articulação da educação

infantil com o ensino fundamental e com outras áreas, tais como cultura, assistência social e saúde.

Segundo o site da prefeitura de Fortaleza, o município conta hoje com 220 unidades de ensino, exclusivamente voltadas para educação de crianças 138 Centros de Educação Infantil (CEIs) e 82 Creches Conveniadas, que atendem crianças com idade de creche e pré-escola (1 a 5 anos).

A infância é um tempo precioso da vida, caracterizado por um intenso processo de aprendizagem e desenvolvimento. As ações administrativas e pedagógicas da Prefeitura Municipal de Fortaleza destinadas à Educação Infantil são norteadas por diretrizes que se conectam à compreensão de que a criança deve de desenvolver e interagir com o meio sociocultural em que vive, construindo de forma ativa o conhecimento sobre si e sobre o mundo.(site da Prefeitura de Fortaleza: <http://educacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/rededeensino/educ-infantil> acessado em 30/01/2020)

Apesar dos compromissos firmados pelo plano municipal, instituições como o Centro de defesa da criança e do adolescente (CEDECA) reafirmam que muito ainda está para ser feito com relação ao compromisso da política municipal com as crianças e adolescentes de Fortaleza. No documento “Análise da educação infantil de Fortaleza: orçamento e direito a creche”, elaborado no ano de 2019, a instituição avalia como insatisfatória a aplicação do orçamento do município em políticas para a infância e

juventude. Segundo o documento, 7.725 crianças de 0 a 3 anos, buscam vaga nas escolas municipais e não encontraram.

Na análise acerca do padrão de ampliação das vagas para a etapa da Creche, ofertadas pelo Poder Público municipal nos últimos cinco anos, é possível verificar um crescimento insuficiente com relação ao número de vagas solicitadas pela população de Fortaleza. O número de vagas ofertadas expressou-se, permanentemente, abaixo do número de crianças que solicitaram vagas e não obtiveram as matrículas efetivadas em equipamentos públicos (CEDECA. Análise da educação infantil de Fortaleza: orçamento e direito a creche. 2019)

Segundo o documento 70% das crianças do município ainda não têm acesso a creche pública, o documento reafirma ainda que esses números estão em desacordo com o direito básico à Educação Infantil, garantidos por lei.

CONCLUSÃO

Este estudo procurou analisar a educação infantil enquanto direito da criança, identificando na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do adolescente, os principais instrumentos de garantia de acesso à educação gratuita e de qualidade para todas as crianças, independente do lugar que ocupem na sociedade.

Ao analisarmos processos históricos que nos fizeram compreender a ideia de infância, percebemos as diferentes infâncias vivenciadas no Brasil, cuja condição vinha a variar de acordo com a raça, gênero e classe social do indivíduo. Sendo os documentos apresentados, importantes marcadores para mudanças de paradigma no entendimento sobre as crianças e a forma de educá-las.

Por fim, fizemos uma análise da política municipal para educação infantil na cidade de Fortaleza, a partir de apontamentos destacados do Plano municipal de educação, onde os compromissos da Constituição são reafirmados.

Levantamos também a reflexão a respeito da aplicabilidade dessas políticas no cotidiano das crianças. Apesar do plano municipal reafirmar o compromisso a respeito da ampliação das vagas na educação infantil, percebemos que as escolas ainda não atendem ao número de crianças que almejam vagas na educação

infantil no município. Nas escolas de educação infantil da rede municipal, há uma extensa fila de espera de crianças que aguardam por uma vaga.

A permanência das crianças na escola na fase infantil é relevante não apenas do ponto de vista educacional, mas também deve ser percebida sob a ótica da subsistência das famílias em situação de vulnerabilidade. É preciso compreender que há avanços necessários a serem tomados nas políticas educacionais do município, isso podemos perceber na precarização de prédios escolares, e nos movimentos de professores que frequentemente levantam a questão da remuneração como fator relevante para a qualidade do ensino.

Salientamos ainda que, exigir o cumprimento das leis que garantem o acesso à educação infantil é um papel da sociedade civil, e que existem mecanismos de efetivação dessas políticas. O diálogo entre a sociedade e o poder municipal, na exigência do cumprimento do plano municipal de educação é de grande importância para garantir que a educação infantil seja tratada com a prioridade que lhe é devida, assim como está previsto em lei.

Cabe a todos os cidadãos, garantir que as crianças sejam respeitadas e que seu direito à educação seja efetivado pelo município, podendo eles se valerem de

instrumentos legais, tais como apresentamos por meio deste capítulo.

Cabe observar também que, é dever do poder municipal não apenas garantir o acesso das crianças a escola, como garantir que a escola tenha estrutura adequada, além de alimentação de qualidade, fazendo assim valer o direito da criança de ser tratada com dignidade e de ter acesso a direitos básicos que vão além do fato de estar matriculado.

BIBLIOGRAFIA

ARIËS, Philipi. História social da criança e da família, 2^a ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara. 1981.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069 de 13/07/1990. _____. Lei n° 4024, de 20 de novembro de 1961. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

FARACO & MOURA. Linguagem Nova. In: Obra Completa. Rio de Janeiro, 1967.

Fortaleza. Plano municipal de educação. SME- Secretária municipal de educação. 2015.

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28, p.224 –238, dez. 2007.

SARMENTO, M. J. As Culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, 2004.

SCHRAMM, Sandra Maria de Oliveira. MACEDO, Sheyla Maria Fontenele. COSTA, Exedito Wellington Chaves. Pedagogia: Fundamentos da educação infantil. 3° edição. Ed. UECE. Fortaleza/CE.2019.

_____. Características do Referencial Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, vol. 3.

_____. Lei nº 5.692, de 12 de agosto de 1971. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: . / Acesso em: 12 de fevereiro de 2010.

Site: <https://feminismo.org.br/me-gritaram-negra-poema-de-victoria-santa-cruz/18468/> visitado em 10/01/2020.

Site da Prefeitura de Fortaleza: <http://educacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/riededeensino/educ-infantil> acessado em 30/01/2020.

CAPÍTULO 3

OS DESAFIOS DOS GESTORES EDUCACIONAIS DIANTE DA INCLUSÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Maria da Conceição Borges de Campos

RESUMO

O capítulo trata sobre “Os desafios dos gestores educacionais diante da inclusão da escola pública. Sem sombra de dúvida é um trabalho árduo e difícil, mas isto faz parte da dinâmica da educação. Portanto, o teor de estudo e princípios teóricos da educação e suas discussões fazem parte do ensino, do aprendizado, do papel do professor e dos gestores em parceria. Se entendeu que o trabalho em equipe com a participação da comunidade, dos órgãos públicos e da família são importantes para a construção do saber. Portanto, o teor de estudo dos gestores educacionais diante da inclusão vai além da sua abstração numérica, ela faz parte da vida do cidadão, da criança e do adolescente em formação. A metodologia aplicada foi uma pesquisa de cunho bibliográfico fundamentada à luz de autores renomados e com isto entendendo e compreendendo a dinâmica do saber matemático como construção da identidade do ser humano.

Palavras-Chave: Gestor. Educação. Professor. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A educação sempre fez parte do ciclo evolutivo da humanidade. É através do conhecimento que o ser humano se projeta no mundo e para o mundo. A educação, portanto, é um desafio para todos os gestores e atores da educação. Professores e Órgãos públicos diretamente voltados à educação fazem parte desta trajetória de pensar a educação como transformação.

Portanto, “Os desafios dos gestores educacionais diante da inclusão da escola pública” fazem parte de um trabalho de todos os atores da educação como também da participação direta da comunidade. A família tem um papel especial de fazer diferente, de fiscalizar, de contribuir para uma educação de melhor qualidade. Claro que isto demanda tempo, esforço e dedicação por parte de todos. O professor como mediador do saber tem uma contribuição diante do saber

A justificativa desta pesquisa faz parte de uma análise de estudo e observação do trabalho dos gestores e da inclusão na educação como também dos desafios da escola pública e sua política.

A educação é uma ferramenta especial de inclusão do conhecimento. Os gestores, educadores de uma forma geral tem muito por aprender e desenvolver

diante da inclusão. O objetivo geral é discutir o papel dos gestores na educação e seus desafios. O objetivo específico é fazer uma abordagem do papel dos gestores e professores diante da educação e inclusão como também a discussão dos órgãos públicos diante da educação em constante desenvolvimento.

O presente trabalho foi realizado através de um contexto bibliográfico, pautado numa pesquisa apresentada através dos requisitos da lei vigente da Lei de Diretrizes de Base (LDB - Lei nº 9394/96) como também de autores que abordam esta questão através de uma fundamentação teórica.

Com o propósito de organizar estas discussões foram divididos os seguintes tópicos pontos de discussão: No primeiro tópico foi a apresentação geral do capítulo, no segundo tópico “A gestão escolar e os desafios de inclusão na educação”, no terceiro tópico “A gestão escolar e a escola pública inclusiva, no quarto tópico foi abordado a questão do gestor e o professor diante dos desafios da educação e finalizado com a conclusão e o referencial teórico.

2. A GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

O profissional de gestão escolar tem uma responsabilidade diante da educação, da inclusão, ele tem um papel peculiar em parceria com aqueles que se propõem a educar. Professores, orientadores, supervisores educacionais fazem parte desta família da Gestão Escolar.

O Gestor Educacional é um profissional importante na educação, é um colaborador que tem um trabalho especial juntamente com os demais atores educacionais no que diz respeito a inclusão. Portanto, este profissional deve estar desprovido de toda e qualquer forma de preconceitos, ele tem que estar aberto às dinâmicas da sociedade, dos novos conceitos de família, do comportamento dos adolescentes e a primazia dos limites e da ética da escola.

Segundo Figueiredo (2002, p.68)

Efetivar a inclusão, é preciso (...) transformar a escola, começando por desconstruir praticas segregacionistas. (...) a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais, visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais

O Gestor Escolar tem uma responsabilidade especial na educação, ele não só acompanha e faz cumprir o currículo da escola como também tem uma responsabilidade para com os professores, alunos e os

demais familiares. O Gestor tem a função de contratar professores para a escola, acompanha o trabalho dos docentes e dos alunos como também tem o papel de cuidar e zelar pelo seu trabalho como Coordenador e/ou Diretor do estabelecimento educacional.

A LDB nº 9394/96, prevista no artigo 64 fala sobre a formação do gestor escolar e diz que:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

O Gestor é o profissional que é preparado e capacitado para o exercício da gestão da educação, tem uma função que requer a capacitação e a formação para a realização da função em pauta na condição de administrador. Todo gestor educacional precisa antes de tudo trabalhar para que ele possa ajudar o outro, ele precisa ter uma inteligência emocional para trabalhar as adversidades que comumente existem na escola, como também ser um verdadeiro líder que sabe delegar funções.

A realização do trabalho de gestão não é só com os professores, mas com os demais integrantes da escola. Não é uma tarefa simples, requer do profissional um cuidado especial de como conduzir às adversidades

existentes na escola, os conflitos naturais em sala de aula como também observar a comunidade escolar que ele está inserido. A escola tem um papel relevante no crescimento intelectual da criança em formação, do seu aprendizado contínuo e inacabado. Portanto, todos são atores deste saber: professores, coordenadores, diretores etc.

Paula e Costa (2014, p.24) afirmam que:

A educação é muito mais complexa do que podemos imaginar, pois ela faz parte de um tempo, princípios valorativos, culturais e costumes. Na realidade, a educação faz parte desta dinâmica calcada sobre a liberdade de pensadores, pessoas comuns, pensadores, educadores, alunos e aqueles que apreciam a arte de educar.

A educação faz parte do desafio para todo gestor que se propõe a fazer parte da educação da criança e dos adolescentes. A educação está voltada à cultura, aos valores, aos costumes da sociedade vigente assim como o gestor educacional faz parte de um trabalho delicado pois este tem que estar aberto às diferenças, ele não pode ser preconceituoso, ele tem que ter uma visão ampla de inclusão, de socialização, de integração da escola para com a comunidade, de uma relação saudável entre professores e alunos.

Trabalhar a inclusão na escola é um desafio para os Gestores Educacionais, professores, familiares e todos os demais integrantes da educação tem um papel

delicado no que diz respeito a inclusão diante das diferenças na escola. Incluir é oportunizar, é socializar, é compartilhar o conhecimento entendendo e compreendendo que todos podem ter acesso ao saber. A inclusão faz parte do princípio de democratização e integração da criança e do adolescente.

Gadotti (2004. p. 16).

É preciso entender o que é democratização para que se possa efetivá-la. A participação possibilita à população um aprofundamento do seu grau de organização. [...] ela contribui para a democratização das relações de poder no seu interior e, conseqüente, para a melhoria da qualidade do ensino.

A democratização faz parte do ciclo de inclusão, de oportunidades, os gestores, professores precisam estar capacitados e preparados para trabalhar as diferenças. O educador precisa estar atento a toda e qualquer forma de discriminação, de *bullying* que a criança e o adolescente possam vir a sofrer em sala de aula. Para que ocorra uma maior harmonia na instituição escolar entre as possíveis diferenças e convivências cabe ao Gestor Educacional realizar cursos de integração e socialização da criança e do adolescente diante das possíveis diferenças, cabe aos gestores realizarem debates e discussões com os professores e a comunidade escolar pois todos tem uma responsabilidade de respeito e desenvolvimento dos docentes em formação e desenvolvimento.

Segundo Silva e Lima (2016, p. 8) diz que “[...]”

é necessário acrescentar o fazer pedagógico, focando em uma aprendizagem contextualizada que potencialize o trabalho, as habilidades, as competências e as produções dos alunos nas construções de seus conhecimentos”. Realizar um trabalho de inclusão é dar a oportunidade do outro apresentar as suas potencialidades, é acreditar que ele pode, que ele é capaz de mostrar para a sociedade que todos são capazes. A família, portanto, tem uma grande contribuição no desenvolvimento da criança em formação.

O trabalho de inclusão na escola não é um trabalho único dos Gestores e nem muito menos dos professores, este trabalho tem que ser realizado em parceria entre escola e familiares. É importante que o corpo Gestor da instituição escolar trabalhe mecanismo de inclusão, de integração das crianças e dos jovens em desenvolvimento. Que suas habilidades e competências sejam estimuladas, que os educadores de uma forma geral como também os familiares possam entender que todos tem uma responsabilidade no que diz respeito a inclusão das crianças e dos jovens em desenvolvimento.

O professor preparado e capacitado pode fazer diferenças na instituição escolar, ele pode dar o seu melhor, ele é capaz de fazer muito mais pela escola como também para as crianças em formação. O amor pelo que faz, a paciência, o exercício da leitura como também de

cursos de especialização, fazem um grande diferencial para o professor em sala de aula.

Educar, portanto, faz parte do desafio de todos os educadores. Quando o indivíduo tem acesso ao saber ele contribui de forma direta para a sociedade de uma forma diferenciada. A educação tem o propósito de integrar o indivíduo diante das diferenças. A educação é uma ferramenta importante para o desenvolvimento do cidadão, onde os seus valores, seus princípios como também o respeito ao próximo e as suas diferenças vão sendo cada vez mais respeitadas.

Segundo Brandão (2007, p.07)

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

O ato de saber, através do conhecimento formal e informal, da escola e da família faz parte da possibilidade de inclusão do cidadão em formação. O gestor educacional tem uma responsabilidade e ao mesmo tempo um desafio quando se fala em inclusão na escola.

2.1 O papel do gestor educacional diante da construção do saber

O gestor educacional tem um papel especial na

construção do saber escolar. Educar, portanto, faz parte da transmissão do que se aprendeu para aquele que está em desenvolvimento do aprendizado, é um desafio para todos aqueles que se propõe a educar, a ensinar. O ensino é maravilhoso e ao mesmo tempo requer de todos um trabalho árduo, determinado e a parceria de todos diante deste ofício do saber.

O Gestor Educacional tem um trabalho relevante diante da construção do saber. Ele tem uma atuação especial na escola. Como também é sabedor que não pode realizar o trabalho da educação sozinho, ele necessita do auxílio dos demais integrantes da escola. Quem ama, educa, quem educa cresce diante do ato de educar.

O saber se dá através do conhecimento formal, dos livros, do acompanhamento dos professores, da instrução dos gestores e demais integrantes da escola como também o acesso ao conhecimento informal é constituído através do bojo familiar, da comunidade que a criança está inserida. O diretor, o coordenador e os demais integrantes da gestão escolar têm um papel especial no desenvolvimento de inclusão e construção da educação.

Segundo Libâneo (2004, p. 217):

[...] existem algumas atribuições ao diretor de uma instituição: supervisionar atividades administrativas e pedagógicas, promover a integração entre escola e comunidade; conhecer a legislação educacional, buscar meios que favoreçam sua equipe, dentre

outras. No exercício dessas atribuições é importante estar em formação continuada, ou seja, estudar constantemente na busca do aprimoramento e amadurecimento, criando dessa maneira uma bagagem de experiências enriquecida e que compartilhada com os pares favorecem o desenvolvimento profissional.

O diretor pedagógico tem o papel de socializar, de compartilhar o trabalho entre os demais integrantes da instituição e perceber as potencialidades dos seus colaboradores. Faz-se necessário que o gestor educacional seja um profissional que, não só, conheça a escola, como também, coloque em prática a questão curricular, os preceitos didáticos metodológicos e que sua função esteja sempre concatenada às descobertas, ao novo.

O gestor educacional precisa trabalhar e aplicar a educação em parceria com o professor adaptando os conteúdos não só no que diz respeito à transmissão metódica e sistemática do saber como também está sensível de que os conteúdos trabalhados têm que estar em sintonia com o aprendizado dos alunos como também o ciclo de inclusão diante das diferenças apresentadas às realidades trazidas pelos alunos.

Freire (2006, p. 45).

[...]é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a

história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue.

A educação faz parte da construção de luta, do saber inacabado. Todos os atores da educação têm uma missão em comum, repassar o saber, contribuir para a formação e construção do conhecimento do aluno. Professores, coordenadores e demais integrantes da educação tem de certo modo uma influência de forma direta e indireta do saber do aluno em desenvolvimento. O ensino faz parte do desafio de todos os profissionais que se propõe a ensinar.

Fiorentini (1994, p.38) fundamenta que:

[...] por trás de cada modo de ensinar, esconde-se uma particular concepção de aprendizagem, de ensino e de educação. O modo de ensinar depende também da concepção que o professor tem do saber matemático, das finalidades que atribui ao ensino de matemáticas, da forma como concebe a relação professor-aluno e, além disso, da visão que tem de mundo, da sociedade e do homem.

Ensino e aprendizagem andam juntos, o professor ensina e o aluno aprende. A escola é um ambiente fértil de conhecimento, de transmissão do saber, da formação da criança e do adolescente. Regras são estabelecidas pela escola, professores e gestores caminham juntos para fazer cumprir como também a família tem uma forte participação diante deste trabalho. A escola precisa do apoio dos pais, da cooperação dos jovens para que juntos possam fazer fluir de forma tranquila o ensino e o

aprendizado.

A presença dos pais é de extrema relevância para dar uma melhor segurança a criança em formação, os gestores escolares são extremamente importantes para a organização da casa, para o acompanhamento de perto do trabalho dos pais e da família.

Escolas e pais fazem parte desta ação de se fazer um melhor trabalho de acompanhamento das crianças e dos jovens em formação. Os pais em especial tem um trabalho diferenciado no que diz respeito a base de formação inicial, pois os pais contribuem para o crescimento pessoal de cada um de seus filhos e isto se estende para a escola como também diante da sua relação com o próximo.

3. A GESTÃO ESCOLAR E A ESCOLA PÚBLICA INCLUSIVA

A educação é um direito legal, todos têm direito de ser e estar alfabetizados, A escola pública tem um propósito especial de incluir, de auxiliar àqueles com menor condição econômica, que precisam de forma direta de um apoio por parte do Estado. Segundo Libâneo (2013, p. 269) “[...] a gestão consiste em processos intencionais e sistemáticos, em se chegar a uma decisão, e em fazer a decisão se efetivar por meio da coordenação do trabalho das pessoas”.

A sociedade tem uma participação especial diante da educação, da construção do saber como também é a primeira a fazer parte de projetos de inclusão pois esta provoca de forma direta os órgãos públicos a criação de leis para melhor assistir as crianças e adolescentes que necessitam de um cuidado especial principalmente no que diz respeito a sua formação e construção e capacitação.

É de fundamental importância frisar que o poder público tem um papel fundamental diante desta construção do conhecimento, projetos são comumente apresentados e debatidos para que se possa fazer um trabalho acertado. As políticas públicas assim como os gestores educacionais tem que estar alinhados diante da aplicação de projetos que tenham um caráter não só de incluir, mas

que possa contribuir para o crescimento de cada cidadão em aprendizado.

Werle (2001, p.159)

Gestor escolar é uma designação que indica um comportamento dialético, inteligente, de atuação e compreensão da situação, envolvendo o manejo de todos os recursos, especialmente os cognitivos, que o indivíduo dispõe, bem como suas capacidades de relação interpessoal, poderíamos dizer que diretor é uma designação que sugere predominantemente uma posição hierárquica, referente à autoridade administrativa mais alta em uma estrutura organizacional. O administrador, por outro lado, é uma designação que remete uma neutralidade técnica [...]

O gestor tem que ter a sensibilidade e a percepção do apoio e do desenvolvimento das crianças especiais que necessitam de um tratamento diferenciado, das crianças autistas, com deficiência visual, enfim a escola precisa ser dinâmica, inclusiva como também os órgãos públicos precisam estar atentos sobre a melhor forma de acompanhar estas crianças.

Mantoan (1997, p.120) explica que

[..] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

Professores e gestores precisam estar atentos às mudanças e a dinâmica das escolas presentes, todos os

profissionais que trabalham diretamente com a educação precisam estar atualizados, ligados às mudanças, as diretrizes apresentadas na educação contemporânea. A inclusão de pessoas com deficiência é cada vez mais comum, cabe às instituições escolares se capacitarem, se preparem cada vez mais.

Os gestores educacionais têm um papel especial diante deste desafio da educação. Não é um trabalho simples, o gestor sozinho não pode fazer nada se não houver uma sintonia de trabalho. Professores, secretaria, orientadores educacionais, supervisores, todos estes profissionais fazem parte de um bom trabalho da escola. Os Órgãos Públicos podem desempenhar um trabalho gracioso e prazeroso, desde que haja um alinhamento não só diante das políticas públicas, mas em parceria com todos os demais integrantes educacionais.

Como cita Azevedo; Cunha (2008, p.65).

Acredita-se que hoje os gestores devem ser profissionais comprometidos em atender às diversidades dentro de suas singularidades, buscando a formação integral do indivíduo. Cabe aos diretores acompanharem e proporcionarem de perto o desenvolvimento integral dos educandos, buscando promover por um lado às conquistas individuais e coletivas e por outro lado, trabalhar com o conhecimento das diferenças individuais e o respeito por elas por meio de discussões, reflexões, interação com a família, comunidade, corpo docente e os demais no processo educativo

O corpo gestor da escola tem que ser muito bem alinhado, precisa ser bem trabalhado para que juntos possam fazer um melhor desenvolvimento educacional. A escola pública, como também as instituições particulares precisam sempre estar atentas às dinâmicas da educação, aos projetos de lei de inclusão, como também cabe não só aos órgãos públicos como também a escola propriamente dita capacitar e oportunizar os professores e gestores educacionais ao seu crescimento intelectual e humanístico.

4. O GESTOR E O PROFESSOR DIANTE DOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

O Gestor Escolar precisa estar atualizado diante da tecnologia da educação. O ato de educar é um desafio. O ensino e a aprendizagem devem ser uma parceria alinhada a um desafio mútuo.

O gestor escolar e o professor fazem parte de um trabalho de construção. Cury (2003, p.65) diz que: “os educadores, apesar das suas dificuldades, são insubstituíveis, porque a gentileza, a solidariedade, a tolerância, a inclusão, os sentimentos altruístas, enfim todas as áreas da sensibilidade não podem ser ensinadas por máquinas, e sim por seres humanos.” O professor tem uma missão especial diante do ato de educar.

O professor sempre estará em sala de aula desenvolvendo o saber. Faz-se necessário que as escolas passem a valorizar mais o corpo docente, o novo educador do milênio, da educação tecnológica que se projeta de forma cada vez mais intensa. O processo de ensino e aprendizagem é trilhado por interesses mercadológicos, a educação se tornou uma grande empresa e o professor uma mão de obra infelizmente ainda barata. Mesmo diante destas dificuldades a função do magistério ainda é extremamente prazerosa quando o indivíduo se propõe a realizar o trabalho da educação com amor e dedicação.

O profissional da educação que se propõe a compartilhar o saber na sua grande maioria são docentes que tem o dom especial de servir, de acolher, de se doar, de transmitir o conhecimento de forma especial, pois estes profissionais têm o prazer pelo que fazem. Os desafios são muitos e a educação faz parte desta eterna luta. Segundo Freire (2001, p.25) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a produção ou de sua construção”. Portanto é estimular os alunos a pensarem, a desenvolverem o conhecimento de forma especial.

Muitos professores se veem em situação difícil de trabalhar pela falta de recursos adequados para a realização do seu ofício, nem sempre a instituição está pronta para oferecer as ferramentas adequadas ao trabalho do professor. Mas estes professores na sua grande maioria quando amam o que fazem simplesmente realizam mesmo diante das barreiras conseguem passar o seu conhecimento.

A escola é constituída de pessoas, alunos, pais, professores e demais integrantes que compõe o corpo escolar e como toda e qualquer instituição tem as suas dificuldades vivenciadas no seu dia a dia. Saviani (2012, p.14) diz que a instituição escolar é [...] uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado [...]. A questão cultural, social e política muitas vezes atrapalha o crescimento da instituição, mas isto não tira

o brilho da escola realizar este trabalho tão árduo e difícil que é a educação, a construção do saber.

Como citam PINTO e BUENO (2012, p. 78):

Com tanta informação disponível, encontrar uma ponte motivadora para que o aluno desperte e saia do estado passivo, de espectador, e desenvolva habilidades e competências, induz professores e profissionais da educação a pensar e conhecer sobre como se produz uma aprendizagem significativa e como se constrói o conhecimento.

A instituição educacional precisa ser compartilhada e trabalhada em harmonia entre todos os seus integrantes, pois todos os integrantes que estão na escola são extremamente relevantes para o desdobrar das dificuldades, acertos e erros da escola. Tanto os gestores como os demais membros do corpo gestor da escola sempre estão se deparando com cenários de dificuldades como também de crescimento, de erros e acertos.

O professor é o pilar de mediação do saber como também a família é a base da construção inicial do conhecimento e educação dos seus filhos, da constituição de valores, da formação do cidadão. Quem educa tem a oportunidade de se lapidar e crescer como bom cidadão, como sujeito em constantes mudanças, como ser inacabado, um eterno aprendiz.

Segundo Grando (2000, p.15):

A busca por um ensino que considere o aluno como sujeito do processo, que seja

significativo para o aluno, que lhe proporcione um ambiente favorável à imaginação, à criação, à reflexão, enfim, à construção e que lhe possibilite um prazer em aprender, não pelo utilitarismo, mas pela investigação, ação e participação coletiva de um "todo" que constitui uma sociedade crítica e atuante, leva-nos a propor a inserção do jogo no ambiente educacional, de forma a conferir a este ensino, espaços lúdicos de aprendizagem.

O professor que ensina e alfabetiza cresce cada vez mais diante do seu ofício no magistério, os pais ao educarem os seus filhos de forma direta, ao fazerem parte da construção do conhecimento destas crianças em formação, tem a oportunidade de criar pessoas mais solidárias, saudáveis e confiantes de si. A participação dos pais é fundamental para o desenvolvimento das potencialidades e habilidades das crianças e adolescentes em formação.

Batista (2012, p. 23) diz que:

O professor precisa conhecer a bagagem de conhecimento prévio que cada criança traz consigo, e agir no sentido de ampliar suas noções matemáticas, ou seja, é necessário respeitar a criança na sua inteligência, no seu aprendizado construído, para que a aprendizagem seja significativa e prazerosa.

O docente sensível ao seu ofício é o profissional que tem a sensibilidade e a percepção que seu aluno está muito além de um receptor de um conhecimento, pois este pode e deve ser desenvolvido a uma visão de criticidade, de crescimento pessoal, que seus dons possam ser estimulados passo a passo. O professor instiga os seus

alunos a pensarem, a se descobrirem e perceberem que são seres em constante formação.

A família tem um papel especial diante da formação da criança e do adolescente, pois com o bem cita Chalita (2004, p.17): “por melhor que seja a escola, por mais bem preparados que estejam seus professores, nunca vai suprir a carência deixada por uma família ausente”. A presença dos pais faz uma grande diferença diante do crescimento emocional da criança. É de fundamental importância este apoio familiar, não basta o trabalho dos gestores e professores se existe um vácuo da ausência familiar no que diz respeito ao amor, ao ensino dos pais e representantes dos filhos.

CONCLUSÃO

A educação faz parte destes desafios de inclusão e oportunidades. Como foi visto, as batalhas dos gestores educacionais diante do ciclo de inclusão da escola pública faz parte de um trabalho em conjunto.

Não só os gestores educacionais como também os demais atores da educação e a família fazem parte deste trabalho em parceria. A escola pública tem o apoio direto do Estado e do município como também da comunidade local. Se observou que o trabalho alinhado entre família e escola faz a grande diferença na educação.

Educação sempre foi e sempre será uma instituição composta de grandes barreiras, de acertos e erros, de inclusão e transformação como também de quebra de tabus, de paradigmas, de ascensão. Ela faz parte de uma ideologia cultural, de uma conscientização da grande massa, da sociedade e sua cultura vigente.

Se observou o papel dos professores e gestores educacionais e os demais integrantes da educação como pessoas que se propõem a um trabalho árduo e com muitas dificuldades no seu exercício como também o prazer em compartilhar o conhecimento, transmitir o saber a um maior número de pessoas possível.

Foi compreendido que a família também tem um papel importante nesta construção do

conhecimento, pois esta pode e deve acompanhar de forma direta os órgãos públicos, a escola, os gestores e professores diante do trabalho dos seus filhos e da oportunidade de inclusão e oportunidade.

REFERÊNCIA

AZEVEDO, Maria Antônia Ramos de.; CUNHA, Gracilliani Rosa da. Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola. Revista Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 18, n.31, jul./dez. -2008.

BATISTA, Nailson dos Anjos. O Ensino da Matemática na Educação Infantil através das Atividades Lúdicas. 2012. 29f. Grupo Educacional Uninter, Macapá.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos)

BRASIL. Lei de Diretrizes de Base da Educação. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Em 04 de Mai de 2021

CHALITA, Gabriel. EDUCAÇÃO: a solução está no afeto. 12ª Ed. São Paulo: Gente, 2004

CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FIORENTINI, Dario. Rumos da pesquisa brasileira em educação matemática: o caso da produção científica em Cursos de Pós-Graduação. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP: 1994.

FREIRE, P. & SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa- Ed. Paz e Terra, São Paulo; 2001.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade in ROSA de E. G. e SOUZA V. C. (org.) Políticas organizativas e curriculares,

educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. Autonomia da Escola. 6. ed. São Paulo: Cortez, (Guia da escola cidadã; v.1), 2004

GRANDO, R.C.O. Conhecimento Matemático e o Uso de Jogos na Sala de Aula. 2000. 239f. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

_____. Organização e Gestão da escola: Teoria e Prática. 5ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? In: MANTOAN, Maria Teresa Egler (org.) A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997

PAULA, Júlio César Pereira de; Costa, Alexandre. Descortinando a Educação. Fortaleza: Ed. Premium, 2014

PINTO, A.S. da S.; BUENO, M.R.P.; SILVA, M.A.F. do A.; SELLMANN, M.Z.; KOEHLER, S.M.F. Inovação didática - projeto de reflexão e aplicação de metodologias ativas de aprendizagem no ensino superior: Uma experiência com "peerinstruction". Lorena: Janus n. 15, p.75-87, 2012.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações. 11ed, Campinas: Autores Associados, 2012.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Novos tempos, novas designações e demandas: diretor, administrador ou gestor escolar. Rbpae Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 17, n.2, p. 147-160, 2001.

CAPÍTULO 4

A SIGNIFICÂNCIA DO LÚDICO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS ALUNOS COM TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA)

Serli Araújo Rocha

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por um quadro complexo que impacta no desenvolvimento dos indivíduos, tendo uma relação direta com sua participação educacional, fator que podem interferir na forma como eles percebem o mundo, as interações e a suas perspectivas futuras, além de ser necessário um aprendizado sobre os comportamentos e a comunicação na sociedade como um todo. O objetivo deste capítulo é debater sobre as práticas pedagógicas dos educadores e educadoras com as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dessa forma, segue o questionamento: Qual a significância do lúdico como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Assim, esse estudo bibliográfico, tem como base os autores e autoras como: Rodrigues (2018), Vygotsky (1984), entre outros. Nesse capítulo, vemos a importância de inserir o lúdico como ferramenta auxiliar de ensino nas práticas pedagógicas com alunos com TEA para promover o seu desenvolvimento de forma significativa e envolvente, buscando estimular sua criatividade, autonomia e conhecimento para dentro de uma sala de aula e do espaço escolar. Portanto, o lúdico nos proporciona motivação e descobertas, fazendo da aprendizagem um processo dinâmico e inovador. Planejar essas ações demanda tempo, perseverança e desafios, mas juntos (sociedade, escola e família) legitimará de fato a inclusão em nosso meio, destruindo barreiras e preconceitos da inclusão de alunos com TEA de forma atuante sem deixar de respeitar o seu tempo e limitações.

Palavras-Chave: Autismo. Lúdico. Práticas Pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

É evidente que a educação inclusiva está cada vez mais presente nas escolas regulares de ensino, principalmente quando consideramos que as instituições educacionais têm, dentre outras atribuições, a função de promover uma socialização por meio de interações e brincadeiras. Nesse direcionamento, é necessário que os gestores escolares, os coordenadores pedagógicos e os educadores e educadoras trabalhem com a inclusão das atividades lúdicas como estratégias para o ensino e a aprendizagem, no sentido de que a presença das brincadeiras no dia a dia escolar, tem condições de propiciar o desenvolvimento cognitivo, ou seja, uma atuação pedagógica de forma significativa para aprimorar o desenvolvimento da criança em todos os âmbitos, sejam eles familiares e/ou sociais, além dos processos que envolvem os aspectos afetivos, mas respeitando as limitações e fases do desenvolvimento das crianças.

Assim, entendemos que construir um processo de inclusão de fato, requer um comprometimento de toda equipe pedagógica de uma instituição de ensino como todo. O papel dos educadores e educadoras, além da equipe gestora, são fundamentais para que as crianças com os distúrbios de aprendizagem, entre eles Dislexia, Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Transtorno do

Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) possam ter condições e oportunidades para aprenderem e desenvolverem educacionalmente, a escola precisa trabalhar suas potencialidades, habilidades e necessidades, para que essas crianças se sintam de fato pertencentes da comunidade escolar, da sociedade.

Por isso, ressaltamos que é preciso escolas que incluam as brincadeiras, jogos e brinquedos como estratégias de ensino, para o favorecer o desenvolvimento desses educandos, para que passem a assimilar, não só os conteúdos de uma grade curricular, mas também aprender a lidar, vivenciar com a socialização com os outros estudantes e todos que façam parte da instituição educacional, nesse ponto ressaltando que o respeito, a orientação para as experiências, as vivências sociais podem auxiliar na significância do aprendizado e desenvolvimento das suas etapas.

É importante conhecer seus saberes, respeitar sua história, suas experiências, algo que se torna primordial para motivá-lo a ser parte integrante, não só da sala de aula, mas num todo, como família, comunidade e o mundo. Existe uma necessidade de oferecermos espaço e tempo para cada brincadeira, brinquedos ou jogos, sem forçar ou desrespeitar o “Eu” do aprendente, desenvolvendo as diferentes áreas da aprendizagem.

Compreendemos que não existem uma eficácia ou garantias que esse desenvolvimento ocorra de forma plena, mas devemos estimular, orientar, ensinar todos os dias, pedagogicamente e educacionalmente para que os educandos e educandas tenham acesso ao conhecimento. Temos que ter em mente que é preciso ser confiantes, que a cada dia ou em determinados instantes, podem ocorrer desafios e situações complexas, mas todos os aprendentes que apresentem uma necessidade especial seja leve, moderada ou grave precisam de atenção com base em princípios éticos, profissionais e educacionais.

Nesse ângulo, consideramos que é importante debatermos sobre essa temática devido ao fato em que a inclusão, já faz parte da realidade educacional brasileira, que é garantida por lei a todos, sem exceção., mas que ainda tem problemáticas que devem ser estudadas e aprofundadas com bases científicas, para um aprimoramento dos olhares conceituais e acadêmicos.

Outro ponto, consiste no fato de que é preciso orientar, informar, capacitar, preparar, não só a família, mas as instituições educacionais, através da equipe gestora e os educadores e educadoras, já que para os educandos e educandas, que reagem tem algum desenvolvimento considerado atípica, é preciso conhecimento, saberes para não arriscarmos nos contornos do ato de

improvisar, de impor práticas fora do campo educacional. Assim, as inquietações em repensar as práticas educativas, as concepções para com os aprendentes com distúrbios de aprendizagem e o fato de incluir o brincar de maneira responsável, tornando-os capazes de aprender de forma mais significativos, seja na socialização e na interação com o outro, requer leituras, conhecimentos especializados.

O objetivo deste capítulo é debater sobre as práticas pedagógicas dos educadores e educadoras com as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dessa forma, segue o questionamento: Qual a significância do lúdico como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Nesse ponto, temos um estudo bibliográfico, que é um procedimento metodológico que é realizado com a contribuição de autores como: Rodrigues (2018), Vygotsky (1984), além de documentos oficiais como os Parâmetros Nacionais De Qualidade Da Educação Infantil (BRASIL, 2018), Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), entre outros.

A partir das argumentações destacadas até esse ponto, consideramos que as práticas pedagógicas precisam cada vez mais incluírem os jogos e as brincadeiras como ferramentas de trabalho para auxiliar as crianças a desenvolverem os aspectos cognitivos, motores,

perceptíveis que possibilitem aprender a lidar com suas dificuldades ou distúrbios de aprendizagens, seja na relação com suas próprias dificuldades, seja com o outro, através da motivação, da alegria e do prazer que as atividades lúdicas proporcionam ao serem utilizadas na sala de aula e até mesmo fazer parte da proposta pedagógica da instituição de forma responsável e planejada.

Existe uma ideia de que as crianças precisam ter uma formação para serem adultos, assumindo responsabilidades que em vários aspectos não são necessárias e não são eficientes a essa visão social, por isso devemos motivar o pensamento e a criticidade sobre as ações que são direcionadas as crianças, sejam aqueles que tem alguma dificuldade de aprendizagem ou não, ambas estão expostas às práticas que podem gerar mais dificuldades ao invés de possibilitar um aprendizado.

Nessa perspectiva, a escola tem que fazer essa função, demonstrar a importância do brincar, a utilização de brinquedos e jogos precisam ser incluídos no desenvolvimento das práticas educativas para que essa inclusão de fato aconteça de maneira dinâmica, prazerosa, participativa e responsável que abranja todos os alunos e alunas, especialmente os que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou outros

distúrbios de aprendizagem. Ao adotar brincadeiras, brincar, como estratégias pedagógicas e recursos, as práticas pedagógicas podem proporcionar algumas condições imensuráveis para uma igualdade de oportunidades para que os aprendentes tenham o seu desenvolvimento mais favorecido.

Conforme os Parâmetros Nacionais De Qualidade Da Educação Infantil (BRASIL, 2018, p. 38), destacamos que:

[...] Essa tarefa institucional caracteriza-se pela ética do cuidado e da educação, considerando as crianças em sua potencialidade expressiva e relacional e em seus direitos de conviver, explorar, brincar, participar, expressar(-se) e conhecer(-se) em ambientes convidativos e lúdicos e construir relações positivas e cooperativas entre elas e com os adultos.

Nesse processo, é fundamental contextualizar o ensino e a aprendizagem de forma dinâmica, sem esquecer que o respeito e a responsabilidade é um dever de todos. Se tratando de uma realidade que assegura o direito de educação para todos, sem exceção, integrar de maneira condizente, essa ação requer um olhar mais que reflexivo e atuante da escola, através da gestão escolar, no papel dos educadores e educadoras, que terá como norte, não só o conhecimento sobre a dificuldade que os alunos e alunas passem a apresentar no decorrer das atividades que lhes serão propostas, como também executar nas suas práticas, vivências de experiências, diálogo e

autonomia.

Assim, levando em conta que os educadores e educadoras em geral devem buscar a promoção do desenvolvimento de alunos e alunas com TEA, sabendo que enfrentarão dificuldades em envolver esses alunos em meio a sala de aula e nas resoluções das atividades que lhes serão propostas de acordo com os objetivos traçados, respeitando seu tempo, suas limitações e as etapas de seu desenvolvimento.

Nesse caso, entendemos que acrescentar as práticas do ato de brincar e atividades lúdicas no dia a dia, faz com que a escola possa conhecer os alunos e alunas, uma vez que através das suas habilidades e suas experiências, sem esquecer de valorizar cada avanço ou esforço que os alunos e alunas apresentam em um ambiente escolar, podemos gerar relatório de acompanhamentos com base conceituais que demonstram nas teorias das aprendizagens, como argumenta Vygotsky (1984, p. 123);

O brinquedo simbólico das crianças pode ser entendido como um sistema muito complexo de “fala” através de gestos que comunicam e indicam os significados dos objetos usados para brincar.

Nesse ponto, consideramos que através de atividades lúdicas, as crianças têm condições e oportunidades que são desencadeadoras de várias possibilidades de expressar suas ideias, inquietações,

entendimentos, uma vez que auxilia a criar situações imaginárias que levam ao desenvolvimento abstrato.

Por isso, é fundamental oportunizar os alunos e alunas com TEA (Transtorno do Espectro Autista) uma interação através de jogos com utilização de imagens ou com brinquedos de seus interesses, uma prática que pode fazer com que minimizem as dificuldades pertencentes ao seu quadro clínico; criando uma estimulação de forma contínua, procurando saber sobre seus interesses, suas limitações, suas experiências e particularidades. É uma construção diária que servirá como base para um trabalho contínuo, uma vez que através do ato de brincar, de se relacionar com seus pares, com os objetos e com o meio a sua volta, eles podem criar e testar seus limites e as metodologias educacionais podem elaborar propostas adequadas às suas necessidades.

Assim, todos os momentos do ato de brincar devem ser estimulantes, procurando envolvê-los em atividades mentais, corporais e sociais. Porém, ao elaborar propostas lúdicas que envolvam crianças com TEA devem ser feitas algumas adequações e compreender que os planejamentos devem contemplar uma proposta de seriedade e flexibilidade, sem esquecer de suas limitações, o seu tempo e suas características individuais, incluindo-as de forma consciente e humanizada, é dever de todos:

família, escola e sociedade. Nesse caso, o ato de brincar vai além de ser uma ferramenta e estratégia para interação, torna-se essencial para o desenvolvimento das crianças, principalmente diante do fato de que através dele, eles e elas aprendem a se expressarem, conviverem e raciocinarem sobre si e sobre o mundo que vivem.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018, p. 39):

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e brincadeiras entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação de emoções.

O brincar vem sendo usado no dia a dia como uma ferramenta de trabalho nas práticas pedagógicas vivenciadas na escola, proporcionando várias possibilidades para o desenvolvimento das crianças de forma integral por meio de atividades que oportunizem experiências de socialização e interação entre todos os participantes propiciando vivências, espontaneidade e ludicidade.

É fundamental reforçar que estudamos e aprendemos que o ato de brincar é uma forma de expressão da capacidade simbólica, cognitiva, linguística, cultural da sociedade e uma via de acesso às fantasias, a

imaginação, a criatividade, mas considerando os conhecimentos dos educadores e educadoras consideramos que a dinâmica no processo de ensino e aprendizagem das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) necessitam de mais apoio institucional, temos uma escola que controla e dinamiza o processo entre ações lúdicas e conteudistas, reflexo e influência de uma sociedade que ainda não tem conhecimentos sobre os aspectos que envolvem o brincar.

Por isso, o apoio familiar e de uma equipe multidisciplinar, para que os avanços no desempenho afetivo, social e cognitivo TEA, sejam percebidos de outra maneira, através de uma concepção mais pedagógica. Ou seja, desenvolver uma consciência sobre a importância do fazer, do incentivo, juntamente com a prática pedagógica e o ato de compreender que os processos ocorrem de forma diferenciada, seja numa evolução mais lenta, seja numa interação que pode ser mais inquietante para a escola e os familiares, mas as crianças passarão por todo um processo de etapas diferenciadas de interações sensoriais e motoras que precisam ser respeitadas.

Para Rodrigues (2018, p. 31), referente as funções executivas da aprendizagem, enfatiza que: “Aprender é algo muito complexo, envolve vários fatores; orgânicos, social, econômicos e político”. A partir desse

direcionamento, consideramos que os processos de aprendizagens envolvem diversos fatores internos e externos, ocorrendo mudanças entre os aprendentes, se faz necessário repensar que jogos ou brincadeiras devem ser incluídas efetivamente durante os processos de mediação, de atividades estimulantes, motivações, inquietantes e que liberam emoções significativas na aprendizagem e que advém das oportunidades e possibilidades.

No entanto, enriquecer e associá-las aos interesses dos alunos e alunas, ainda que sejam acrescentadas dentro do ambiente escolar ou fora dele. Assim, é fundamental manter o equilíbrio entre o que ensinar e a forma de ensinar, se torna um desafio para todos no dia a dia profissional, levando em conta que a estimulação será uma condição para que o cérebro possa realizar um aprendizado relevante.

Nesse direcionamento, precisamos de escolas que não desistam e recomecem quantas vezes forem necessárias, acreditando na capacidade das crianças e trabalhando com uma prática pedagógica adequada. Ao invés de excluir crianças com dificuldades ou limitações por falta de conhecimento, que é um ato no qual não podemos admitir, precisamos cada vez mais de escolas que tenha profissionais da educação qualificados, especializados

que aprendam, pratiquem e acolham os alunos e alunas sem discriminação, preconceito e numa postura tradicional, sabemos que todos tem capacidade de aprender, mas cada um no seu próprio tempo.

A partir das dificuldades apresentadas por crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista), consideramos que a escola, familiares devem intervir, mediando as funções cognitivas deficitárias com materiais concretos, seja através das musicalizações, dos jogos, do uso das rimas etc., esses e outros meios servirão como ferramentas de trabalho na intervenção do processo de aprendizagem, ressaltando que essas ferramentas farão parte nas atividades diárias, muitas são acessíveis, precisando apenas do envolvimento, participação da gestão escolar, da coordenação pedagógica, dos educadores e educadoras de forma mais ativa.

Consideramos que na atualidade, mesmo com informações, acesso a conhecimentos, existem ainda uma educação escolar com uma relação complexa quando pensamos sobre a inclusão, ou seja, é preciso ir além da sala de aula, numa perspectiva inclusiva, que leva não só os educadores e educadoras, mas toda equipe pedagógica, colaboradores e familiares para participar ativamente, no sentido de trabalhar as interações, as orientações, seja por meio de uma comunicação, seja

através dos jogos ou brincadeiras, que faça parte das vivências de práticas educacionais dos alunos e alunas e da sociedade, que lhes são propostas diariamente. Ou seja, procurar seguir práticas inclusivas, acrescenta imagens, brinquedos e brincadeiras, utilizando sempre algo do seu interesse, sem esquecer de suas necessidades e o estado de cada indivíduo para que seja motivador e promova o desenvolvimento de habilidades específicas.

Mas antes de utilizar jogos e brincadeiras que estimulem a comunicação verbal, contado visual ou participação física para o desenvolvimento de uma atenção compartilhada, devemos quebrar barreiras do preconceito, da discriminação, do estigma, para que a inclusão de fato aconteça de forma igualitária e justa. Sabemos que a educação inclusiva, já é um fato, uma garantia e que a educação é um direito de todos, embora ainda exista uma caminhada, tem passados por diversos avanços.

Por isso, garantir que se cumpra o que está nos papéis depende de cada um de nós, para que seja possível capacitar educadoras e educadores, favorecer a acessibilidade, incluir tecnologias assistivas que traga para os indivíduos com necessidades especiais uma garantia eficaz e ter seus direitos respeitados por todos, educadores, educadoras, terapeutas, médicos, familiares

e sociedade, assim, é preciso acolhê-los como pessoa única, que tem gostos, preferências e habilidades dentro de si.

Além disso, é fundamental conhecer esse indivíduo e seu mundo, estabelecer uma relação de respeito e confiança, respeitando seus limites e diferenças seria o primeiro passo para de fato acontecer uma educação inclusiva. Consideramos que não são os indivíduos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) ou com outros distúrbios de aprendizagem que devem se ajustarem com o sistema de ensino oferecido pelas instituições, com suas práticas excludentes, limitadas, mas todos os membros da escola e a estruturação física que devem se ajustarem aos alunos e alunas com dificuldades. Assim, devemos caminhar juntos com as propostas e intervenções pedagógicas significativas e adequadas, acolher e conhecer sua história, sua vivência seria um começo para o ponto de partida, ressignificando o planejamento, as práticas educacionais que algumas vezes tendem para o favorecimento do fracasso escolar as suas realidades.

Entendemos que na escola ocorrem novas experiências, construções de vivências relacionadas a pessoas, a troca de experiências, descobertas de novos saberes. Então, reconhecemos que incluir não é só oferecer vagas e recebê-las, mas propiciá-las a uma

prática de atividades que a brincadeira e os jogos tornem significativas a sua presença na escola na sala de aula dando-lhes novas possibilidades de ação e conhecimento sobre seu corpo, limites, relações interpessoais, acolher as diferenças e valorizar o lúdico, as características dos alunos, alunas e os contextos de suas experiências e realidade.

Por acreditarmos na função social da escola, não só como espaço de ensino, mas de interação e formação integral dos indivíduos que buscam conquistar seu espaço de forma participativa e que procura trilhar por caminhos que a igualdade dos direitos e o respeito às suas diferenças sejam de fato incluídos nos pensamentos e atividades rotineiras de uma sala de aula. Um começo para que o preconceito e a discriminação sejam minimizados nos espaços escolares, está no fato de orientar, oportunizar novos saberes, novas descobertas com o outro e que essas conquistas se tornem constates e de forma natural. Inserir o lúdico nos faz rever nossas práticas, retirando métodos tradicionais e arbitrários, além de incluir a interação e a motivação como aliadas no ensino-aprendizagem de indivíduos com TEA, dando-lhes oportunidades de aprender e ensinar com suas limitações e habilidades.

Desse modo, consideramos que a inclusão se torna um desafio para todos, não só educadores, educadoras,

coordenação pedagógica, gestão escolar, familiares e a sociedade, porém torná-la real é um dever de todos e ajustar os transtornos às atividades diárias e a vida social, é possível através do lúdico com adaptações nas atividades pedagógicas compatíveis ao grau de comprometimento de cada um como garante a lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, este trabalho reflete sobre a importância das atividades lúdicas como ferramentas e estratégias de ensino-aprendizagem de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) na escola, bem como possibilitar o ensino voltado para a motivação, já que a atividade lúdica traz a participação dos alunos e alunas, minimizando as dificuldades, estimulando atitudes de cooperação, responsabilidades, respeito, que possibilitam um aprender motivacional, por isso, é preciso entender as regras e mobiliza atitudes, raciocínio e principalmente a autonomia etc.

O propósito desse estudo foi a importância do componente lúdico como facilitador do processo de ensino e aprendizagem, proporcionando a reflexão da prática docente, escolar, familiar, ante a inclusão de fato com indivíduos com autismo, sem esquecer de forma responsável e a condição particular de cada um, do apoio de uma equipe multidisciplinar, que possam utilizar as intervenções terapêuticas eficazes com medidas apropriadas que auxiliam na minimização do comprometimento da comunicação, do aprendizado e da interação social, uma vez que formar um indivíduo que reage de forma atípica a cada contato torna-se um desafio, não só para os educadores e educadoras, mas

para todos que fazem parte da sua rotina.

Desse modo, cada um tem suas particularidades, seu mundo e inseri-lo de forma ativa na sala de aula, torna-se um desafio que exige esforço e perseverança. Ajudar crianças com autismo a ficar motivada, criando vivências com atividades intuitivas, com exercícios divertidos, motivacionais, que tem o direcionamento de promover o desenvolvimento, habilidades sociais e cognitivas e os jogos e as brincadeiras tornam-se esse ponto de aproximação de um contato prazeroso e de novas habilidades.

Por fim, é fundamental buscar conhecer os interesses dos indivíduos, algo que fará com que as práticas educativas possam ajudar a ficarem motivados, curiosos, participativos, uma vez que a vivência foi construída através das interações, acompanhamentos, quando esses indivíduos têm a motivação como aliada, junto com seu processo de desenvolvimento surgem possibilidades de superação das suas dificuldades e desenvolvimento de suas habilidades e adaptar atividades de acordo com seus interesses e não desistir nos momentos de dificuldades, afinal quebrar barreiras humanas e arquitetônicas envolve a todos, e dar o tempo necessário às suas evoluções para uma inclusão efetiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. Parâmetros Nacionais De Qualidade Da Educação Infantil. Secretaria de Educação Básica – SEB. Brasília, 2018, ISBN: 978-85-7783-259-0. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_document&view=download&alias=141451publicmecwebisbn2019003&category_slug=2020&Itemid=30192 . Acessado em: 26/10/2021, as 10:55.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Secretaria de Educação Básica – SEB. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . Acessado em: 07/12/2021, as 14:35.

RODRIGUES, P. M. **Funções Executivas e Aprendizagem: o uso dos jogos no desenvolvimento das funções executivas 2.0**. Patrícia Maltez Rodrigues. 2.ed. Salvador: 2B Ltda, 2018.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CAPÍTULO 5

GESTÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eunice Pereira da Silva

RESUMO

Esta proposta de capítulo tem como objetivo realçar a relevância da gestão na Educação Infantil de forma que as instituições de ensino (creche ou pré-escola) visam o interesse no desenvolvimento integral da criança de forma contínua e focada na ampliação do universo e das experiências vividas pela criança no seu meio familiar, com a interação e com os outros. Dando ênfase não só na parte material e burocrática, mas principalmente na humana. Pois num contexto da sociedade atual, a Educação Infantil faz parte da educação básica e deve se levar a sério todo trabalho desenvolvido por toda a equipe de colaboradores da instituição. Respeitando e preservando os direitos da criança em sua totalidade, afinal assegurar-lhe um desenvolvimento integral e significativo não depende só do gestor e sim de todos que fazem parte do mundo da criança como: familiares, professores, gestores e todos da equipe de profissionais que compõem a instituição de ensino.

Palavras-Chave: Gestão. Gestão Pedagógica. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Consideramos que gerir uma escola, vai além dos aspectos administrativos. Também não se restringe somente às questões pedagógicas. Passa a ser desafiador reinventar a pedagogia, que ainda detém a didática instrucional. É preciso garantir aprendizagem significativa, uma vez que surge um novo olhar que a escola não é apenas um local de “transmissão” de conhecimento, mas uma instituição de socialização de indivíduos e formação pessoal e profissional.

Nesse sentido, é preciso, favorecer uma reflexão sobre o modo de fazer uma gestão particular, que os gestores possam pensar no espaço (local – creche) através de um entendimento que se volta ao espaço de relações, modificado e caracterizado por cada componente presente.

Uma instituição educacional na qual os profissionais sejam comprometidos com a construção de um ensino de qualidade com o olhar crítico voltado para a realização plena de forma significativa do sujeito da aprendizagem. Levando em conta a bagagem, o conhecimento que a criança traz consigo adquirindo ao longo da experiência com seus familiares e do meio no qual está inserida.

Pensar que o gerenciamento de uma escola vai além de mantê-la com suas atividades pedagógicas e administrativas, ultrapassa da manutenção e da organização para o seu bom funcionamento, pois busca a valorização do “eu” não como simples pessoa, mas como sujeito que vive e é capaz de modificar e adaptar-se na sociedade que está em constante transformação.

A valorização do respeito e o crescimento de todos os que fazem parte da comunidade escolar não devem ser esquecidos, pois toda equipe deve estar focada para que o conhecimento aconteça de forma integrada e que a criança perceba que o ambiente no qual participa ativamente, caminha em harmonia para o seu bem-estar físico mental e social. Uma instituição educacional que tem profissionais mais qualificados e uma coordenação, além de uma gestão escolar orientada para a qualidade e eficiência devem ser pautadas na competência, na agilidade, na criatividade e no entusiasmo.

Assim, todos devem ter oportunidade de participar e se comprometer a atender as necessidades e anseios da comunidade em sua volta e estarem prontas para enfrentar os desafios diários da vida escolar. Compreendemos que a gestão escolar é de suma

importância, principalmente quando falamos na manutenção do ambiente educacional, ela permite e participa para que tudo funcione integralmente e que as expectativas sejam atendidas.

Nessa perspectiva, consideramos que é importante debatermos sobre essa temática porque a Educação Infantil passa a ser integrante da Educação Básica. A creches e pré-escolas, tem o propósito de ampliar, atuar de maneira a complementar a educação familiar e possibilitar uma educação com base pedagógica que favoreça o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo das crianças.

Nosso objetivo neste capítulo é discutir o processo de gerenciamento da autonomia educacional. Compreendemos as condições pelas quais as crianças desenvolvem a aprendizagem através das práticas pedagógicas e de ações da instituição com a participação do gestor, dos professores e de toda comunidade escolar, de forma contextualizada e de maneira significativa. Assim, de que forma a gestão pode contribuir para essa aprendizagem e a prática pedagógica?

Diante dessas inquietações precisamos desenvolver o texto dentro de um referencial metodológico. Para

Fonseca (2002, p. 32);

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA,2002, p. 32).

Assim, iremos realizar um trabalho bibliográfico com o intuito de apresentar o objetivo proposto com a contribuição de autores como Barros (1995), Vygotsky (1991), Campos (2007), entre outros autores relevantes ao estudo.

Desse modo, destacamos que a área da pedagogia se compõe como um campo em movimento dinâmico entre a teoria e a prática que participa ativamente dessas etapas do desenvolvimento da criança. Assim sendo, entendida como uma área privilegiada, por conta de responsabilidades sobre a formação dos seres humanos. Sabendo do quão desafiador é gerir instituições formadoras de indivíduos para a sociedade que está sempre em mudança no mundo do trabalho, na conquista como cidadão, em práticas sociais ou em amplas relações sociais.

O conhecimento, os saberes e a cultura são objetos

de ensino da escola. Cabe aos professores conduzir e construir os conhecimentos sobre os saberes escolares, de uma forma consistente, para que a criança crie estímulo na criatividade e desenvolva sua autonomia, mas para isso é necessário a parceria da coordenação pedagógica e da gestão escolar.

A gestão deve estar voltada para o melhor funcionamento da instituição de forma global, comprometida com um ambiente que proporcione segurança, bem-estar e principalmente um aprendizado de forma prazerosa e significativa. É necessário que o gestor tenha um olhar reflexivo e cuidadoso para com aqueles que estão dia-a-dia com as crianças, seja capaz de junto com toda a equipe buscar a harmonia e o comprometimento de todos com o melhor andamento da instituição e bem-estar da criança.

Propor um ambiente favorável e acolhedor para o crescimento pessoal de todos se faz a cada dia com a valorização do “eu” com o “outro” e do meio que estamos inseridos. O entusiasmo e o um relacionamento entre família e escola, também formam um ambiente favorável e seguro para a criança.

Segundo Ribeiro (2010, p. 410);

A afetividade joga um papel importante na motivação dos estudantes diante das disciplinas do currículo, dos professores que as ministram e, conseqüentemente, da aprendizagem escolar. Apesar dessa importância, o tema afetividade é ainda estigmatizado ou ignorado na Escola Básica e nos programas de formação docente no ensino superior, o que parece estranho, pois o ensino é uma atividade que envolve interações humanas.

Essa prática teórica faz com que o foco da instituição de ensino seja o de favorecer e integrar experiências e aprendizagens, não só os conhecimentos, mas a afetividade, o psíquico, o emocional, promovendo o melhor convívio e a segurança de todos que ali estão.

A educação é um direito adquirido pela sociedade e uma necessidade do futuro social. Assim, no:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, a partir dessa perspectiva consideramos que a primeira etapa da Educação Básica passa a ser tratada com mais relevância a partir de 1988, tendo a Constituição Federal, citada acima, que à torna dever do Estado e da família. Porém, isso não significa pensar em uma escola e uma gestão escolar que se limite somente na organização burocrática e administrativa

representado o Estado e a tutela legal das crianças.

A escola precisa ser voltada para promover a interação e as brincadeiras que são os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica. Assim, cuidar de crianças de 0 a 6 anos respeitando suas etapas, sua história de vida passa a ser dever do Estado, junto com a família é algo necessário para proporcionar ambientes favoráveis de pleno desenvolvimento no âmbito social e afetivo.

Desse modo, devemos criar ambientes favoráveis que vão além de cuidados, segurança e bem-estar. Deve assegurar que as crianças e as famílias serão assistidas de forma responsável. Com sua história de vida respeitada, seu laço não serão uma ruptura dolorosa e sem afetividade, principalmente quando a criança deixará seu vínculo familiar e será inserida em uma comunidade escolar, que tudo para ela é novo, as pessoas que à cercam, os ambientes, os objetos, as estruturas físicas sejam motivadoras para a aprendizagem.

Segundo Szymanski (2011, p. 483), “Tudo que ocorre numa família tem um significado. Nossas ações refletem em nossos modos de pensar, nossos sentimentos, nossas ambiguidades, nossas possibilidades, no momento,

nossas limitações”. Portanto, é indispensável contar com o apoio familiar, embora muitas vezes a criança venha de um ambiente familiar complexo que não oferece a mínima condição de um desenvolvimento saudável ou por conta das condições financeiras ou falta de conhecimento. A seriedade da Educação Infantil passa a ser de responsabilidade dever do Estado, assegurar essa etapa do ensino no desenvolvimento cognitivo, emocional e afetivo. É de grande responsabilidade dos gestores, educadores e todos que trabalham na instituição de ensino de Educação Infantil promover a integridade da criança como um todo.

Para Woodward (2014, p. 22);

A identidade emocional é um mapa dos desejos e sentimentos mais profundos do indivíduo. Ela explica por que você reage de determinada maneira, seja positiva, seja negativamente às pessoas e aos acontecimentos da sua vida. Compreender sua identidade emocional permite que você tome decisões conscientes e eficazes, consiga o que quiser, vença desafios e encontre a felicidade. Além disso, conhecer a identidade emocional do outro permitirá lidar de forma mais eficiente com sua vida particular, seus relacionamentos e seu trabalho.

Assim, inserir uma criança em outro local, que para ela tudo é diferente, e desconhecido, nos leva a repensar o nosso importante papel de “gestor” de gerenciamento

da autonomia do gerir o “eu emocional”, o “eu social” e o “eu intelectual” de cada criança. O papel do professor vai além do cuidar e proteger, passa a ser um ser que inspira admiração, respeito e carinho, pois através dele a criança cria expectativas, estímulos e seguranças para caminhar, brincar, conviver, vivenciar experiências novas todos os dias.

A creche ou instituição passa a ser referência para a família e para a própria criança, pois é lá que as crianças passaram ou passarão um grande tempo da sua vida. Proporcionar ambiente estimulante, saudável, acolhedor e seguro vai trazer para essa criança e família uma vida de qualidade.

É papel do gestor um olhar crítico, reflexivo e humano para o bom funcionamento não só do prédio, mas para toda sua equipe; para que o atendimento a estas crianças seja de forma harmônica e saudável. Para que ocorra o aprendizado de forma significativa é necessário criar um ambiente que acolha, seja favorável e acolhedor, que respeite todas as experiências trazidas pelas crianças do meio que elas estão inseridas.

O papel da escola é de acrescentar, incentivar, melhorar de forma responsável, e fazer com que a criança

sinta prazer em construir junto saberes que tenham significância para o seu dia-a-dia, consigo e com os outros e que seja capaz de modificar o meio de convivência social.

Entendemos que existe uma dinâmica social, política, ideológica, econômica que motiva os processos de aprendizado. Dentro desses processos, temos a gestão ou o processo de gerenciamento educacional. Consideramos que é necessário firmar parcerias com a família, para que o universo de experiências, conhecimentos e habilidades, possa atuar de maneira complementar a educação familiar, uma vez que a entrada da criança na creche ou na pré-escola, significa o primeiro distanciamento da criança com seus vínculos afetivos familiares, e começam a incorporar em uma instituição de socialização.

Segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 30, v.01):

O professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano. Na instituição de educação infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente, por

excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas

Por isso, todas as atividades devem assegurar que seja cumprido os direitos e desenvolvimentos de aprendizagem, sem esquecer as vivências com os campos de experiência, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver. Precisamos promover e estruturar instituições que assegurem o cumprimento dos direitos das crianças de serem educadas e cuidadas, não esquecendo de estimulá-las e ajudá-las a explorar o mundo no qual estão inseridas, sem esquecer o contexto entre a instituição, a família e o seu dia a dia.

Sentimos necessidade de gerir o tempo, o dinheiro e as relações pessoais de nossa vida diária. Assim, devemos ampliar o conhecimento acumulado sobre as formas como as crianças se desenvolvem, a fim de proporcionar uma relação viva com os conhecimentos e experiências vivenciadas no seio familiar, que possam reafirmar sua identidade, suas crenças e suas práticas socioculturais.

Sabendo que a brincadeira e a interação são eixos estruturantes da educação infantil, devemos estar sempre propondo momentos de relevância que a brincadeira e o convívio sejam dominantes no espaço de Educação

Infantil, uma vez que através da brincadeira é que a criança entra em um mundo de faz-de-conta e traz à realidade um mundo que está no seu interior, seus gostos, habilidades, comportamentos etc.

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulado, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. (BARROS, 1995, p. 46)

A partir da citação acima compreendemos que a Instituição de Educação Infantil deve favorecer e recriar contextos para que as práticas educativas, e estabelecidas pela mesma, favoreçam as crianças experiências de convívio coletivo e individual dando ênfase em suas experiências adquiridas no seio familiar e no meio que estão estabelecidas, tornando assim o aprendizado de forma prazerosa e significativa, uma vez que suas preferências, atitudes, seus afetos, brincadeiras e vivências passam a ser o centro do conhecimento, estando voltados para aquilo que elas experimentam no seu dia a dia.

A cultura e o aprendizado são construídos de geração a geração, desde muito tempo atrás, através de escritos, histórias contadas, desenhos ou outros meios. Os seres humanos carregam uma grande bagagem do seu meio

social, cada um, de maneira diferente de acordo com a experiência vivida. Do mesmo modo, a criança ao interagir com sua família adquire experiências, que levadas a instituição de ensino, se expandem. O mundo em que a criança vive influencia na sua vida escolar, devido a tudo que se é vivenciado em casa e na rua

1. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR

Compreendemos que existe a necessidade da gestão pedagógica motivar cada vez mais a brincadeira, seja em grupo que favorece princípios como assistência (cooperação), liderança e competitividade, seja em atividades de reflexões individuais que motivam a concentração, a ideia, os desafios etc.

Entendemos que muitas escolas já compreendem que através do brincar, as crianças podem aprender, se desenvolver, experimentar possibilidades com maior possibilidade e qualidade, além de desenvolver a autonomia de ação, as relações sociais. Através do jogo, a criança compreende o mundo a sua volta, além de desenvolver habilidades motoras e aprendizagem da linguagem. Algo que favorece a liderança, a aprendizagem para tomada de decisões.

Conforme Sebastiani (2009, p. 160) “A brincadeira é para a criança um espaço de investigação e construção de conhecimentos sobre si mesma e sobre o mundo. Brincar é uma forma de a criança exercitar sua imaginação”.

O brincar e o jogar não se resumem apenas em divertimento e prazer para as crianças, mas são meios dela expressar seus sentimentos e aprender. Por meio da

brincadeira, a criança explora sobre a realidade e a cultura na qual está inserida. O faz de conta, permite que ela experimente diferentes papéis sociais e comportar-se como eles (mãe, pai, médico(a), professor(a), tendo assim uma preparação para a entrada no mundo dos adultos. Assim, deveríamos motivar as crianças a brincarem de líderes, de gestores do espaço como uma forma de perceber algumas ações e atitudes que elas realizam. Segundo Vygotsky (1998, p. 143), “O jogo da criança não é uma recordação simples do vivido, mas sim a transformação de uma nova realidade que responda às exigências e inclinações dela mesma”.

Na instituição de ensino, a brincadeira pode ser um veículo para o desenvolvimento social e emocional das crianças. Nas fases iniciais da criança, o educador pode permitir a brincadeira, mas sempre definindo os objetivos que se deseja alcançar, para que o crescimento de seu aluno seja promovido.

É nas brincadeiras que podem ser resolvidos anseios, conflitos, afinidades, enfim, desencadear vários estímulos, sejam eles favoráveis ou não, e que o professor possa estar atento às crianças, ao seu acompanhamento, nesse momento rico e recheado de estímulos

espontâneos que as próprias crianças resolvem seus conflitos, ampliam seu nível de relacionamento consigo, com o outro e com meio.

Assim, existe a necessidade de buscar soluções juntos com as crianças, e não reprimir sua lógica, seu raciocínio, auxiliar e não as impedir de ter tomadas de decisões e escolhas. Oportunizando-as com brincadeiras que as levem a gerir o seu “eu”, de forma criativa, responsável e prazerosa.

Através do ato de brincar, vivenciamos a tolerância, o aguardo da vez, o cumprimento de regras, o respeito, a organização do espaço e do tempo, tudo isso tem uma significância no mundo real. A capacidade de recriar e de reinventar nas crianças são constantes e não podemos mais simplesmente elaborar saberes sem antes conhecer o mundo e as experiências vividas pelo educando.

A essência do brinquedo é a criação de uma nova relação entre o campo do significado e o campo da percepção visual, ou seja, entre situações no pensamento e situações reais. (VYGOTSKY, 1998, p. 137)

Consideramos a significância das brincadeiras e jogos como práticas educativas capazes de propiciar o amadurecimento da criança consigo, com o outro e com o convívio social, por meio desses atos a criança aprende

no seu dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de gerir uma instituição educacional nos leva a uma análise das atividades do cotidiano, porque compromete a todos que fazem parte da instituição de ensino; a responsabilidade não recai de forma centralizadora somente para o “gestor” e sim compete a “todos” que estão inseridos no processo de ensino e aprendizado da criança.

Assumir com clareza o bom andamento da instituição e desenvolvimento integral da criança é dever de todos. Propiciar ambientes favoráveis e atividades lúdicas são primordiais para um aprendizado de qualidade.

Fazer cumprir com decência todos os direitos legais que cabem a criança para seu desenvolvimento é mais que cuidar de prédios e bens materiais.

Sabendo que a gestão educacional vai além da parte administrativa e burocrática, devemos buscar nas dimensões pedagógicas (social, política, administrativa e humana) momentos que nos proporcione uma reflexão para nossas atitudes corriqueiras e que nossos olhares estejam abertos para observarmos o desenvolvimento da criança de forma lúdica, prazerosa e significativa.

Repensar nossas práticas educativas e redefinir o verdadeiro papel da escola que é o ensino. Propor não só

o bom gerenciamento do ambiente escolar mais o gerir o seu tempo pessoal com estímulos ricos e prazerosos consigo, com o outro e com o meio para assegurar que os direitos de aprendizagem sejam vivenciados de forma criativa lúdica e significativa.

Gerir a vida aproveitando experiências adquiridas na família e a comunidade fazem de todos nós gestores de si, dos nossos atos, saberes e da nossa inter-relação com o meio e com o outro.

Compreendermos que o novo quadro nos aguarda, os tempos mudam, as pessoas se modificam, recriam um novo jeito de aprender, de caminhar e transformar o meio. A sociedade se moderniza e com ela as pessoas crescem e se renovam na maneira de pensar e agir. Busquemos na educação a ferramenta necessária para um novo tempo, um novo olhar de aprender com significância para a vida e para o universo.

REFERÊNCIAS

BARROS. Laraia Roque de. **Cultura: um conceito antropológico**. Pag 46. Agosto de 1986. Acesso em 30 de julho de 2019

BRASIL. Constituição Federal: texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 - Ed. Atual. Em 2000. Brasília: Senado Federal. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998, volume: 1 e 2..

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza. UEC. 2002. Acesso em 18 de junho de 2019.

RIBEIRO, Marinalva Lopes. A afetividade na relação educativa. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 403-412, Sept. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2010000300012 &lng=en&nrm=iso>.Access on 27 May 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300012>.

SEBASTIANI, Márcia Teixeira. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil**. 2ª Ed. - Curitiba, PR: IESDE, 2009.

SZYMANSKI, Heloisa. A constituição de um ambiente de ensino e aprendizagem: acompanhando um projeto de alfabetização. **Teoria em Prática da Educação**, vol 12, no 1, 2011(no prelo).

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. 6ª ed. São Paulo, SP. Martins Fontes Editora LTDA, 1998.

WOODWARD, Wood. **Identidade Emocional**. Rio de

Janeiro: Objetiva,2014

CAPÍTULO 6

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES DE AVANÇO PARA ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Maria do Socorro Pinho de Queiroz

RESUMO

O texto tem por finalidade refletir sobre o atendimento educacional especializado de crianças com TEA. Sendo assim o mesmo, é um assunto complexo que ser tratado minuciosamente pelos profissionais da educação principalmente com os especialistas do AEE. Por esse motivo o trabalho acadêmico averiguou como o profissional do AEE deve proceder no seu atendimento para isso foi realizado um estudo de caso. A política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) orienta as escolas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado as crianças com deficiência/altas habilidades inclusas na escola comum, para isso, pesquisou-se um aluno com autismo, matriculado numa escola da rede particular de ensino de Fortaleza, onde entrevistou-se a mãe, a professora da sala de aula comum para entender o processo de aprendizagem desse aluno. Durante as observações do estágio, percebeu-se que no plano do AEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado) organizado para o aluno, teve como objetivo estimular a autonomia e autoestima para que o mesmo seja capaz de construir o conhecimento a partir de suas próprias experiências de mundo. Diante desse estudo, verificamos que Autismo é um tema muito complexo e de suma importância para ser discutido e analisado em nossa sociedade, pois para que essas crianças com TEA possam conquistar seu espaço, vencer o preconceito no qual ainda é uma barreira faz-se necessário o desenvolvimento de novas estratégias educacionais a fim de estimular suas habilidades e potencialidades, superando suas limitações. O estudo é de cunho bibliográfico e qualitativo, que tem como marco teórico (CURY, 2002), (TEIXEIRA, 2018), (MEC/SEESP, 2001). Entre os estudiosos que relatam sobre o AEE e alunos com TEA.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Educação Especial. Autismo infantil.

INTRODUÇÃO

A política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) orienta as escolas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado às crianças com deficiência/altas habilidades incluídas na escola comum, para isso, pesquisaram-se um aluno com autismo, matriculado numa escola da rede particular de ensino de Fortaleza, onde se entrevistou a mãe, a professora da sala de aula comum para entender o processo de aprendizagem desse aluno.

A mãe relatou que Isaque nasceu no dia 02/08/2006 de parto cesáreo, mas a mesma passou três dias perdendo líquido amniótico até que fosse realizado o parto. Contou que durante a gravidez teve uma gestação tranquila e a criança era muito desejada pela família, os pais têm uma boa relação e são casados. Ela diz que com 2 anos e 11 meses, Isaque ganhou uma irmã, no qual aceitou muito bem e diz ainda que o filho nasceu sem nenhum sinal de normalidade, fez todos os exames e vacinas necessárias durante todo o período de sua infância e também foi amamentado no peito até 1 ano e 11 meses de idade.

Isaque estuda numa escola de rede particular de ensino desde os 6 anos de idade, onde iniciou no 2º ano

do Ensino Fundamental e, atualmente, está cursando o 8º ano do Ensino Fundamental. Os profissionais da instituição dispuseram de estímulos e incentivos para uma melhor interação, vivência e desenvolvimento da criança no contexto escolar. Solicitaram intervenção familiar e acompanhamento clínico-terapêutico. Diante de várias situações, a escola o acolheu e acompanhou seu desenvolvimento, auxiliando no que se faz necessário.

No cotidiano escolar, apresenta boa leitura, boa dicção e entonação, porém, sua linguagem é diferente, como se fosse robotizada. No que tange à pronúncia de palavras, fala como uma pessoa natural de outro estado, todavia corretamente.

Desde que começou a sentar-se, por volta dos 5 meses, Isaque demonstrava muito interesse em assistir os desenhos e vídeos que lhe eram apresentados, com bastante foco nas legendas. Com o passar dos meses os pais perceberam que a criança não lhes dava muita atenção ao chamá-lo pelo nome e então, resolveram levá-lo ao pediatra, onde o mesmo encaminhou-o para um teste da orelhinha, pois à criança ainda não havia realizado. No primeiro teste o resultado foi de 0% de audição nos dois ouvidos, foi feito um segundo exame mais detalhado, onde foi descartada a hipótese de Isaque não escutar. Mais tarde, aos 2 anos de idade,

Isaque começou a ler e contar, sem nenhuma dificuldade, isso foi algo que chamou bastante atenção da família, até então, achavam apenas que ele fosse bastante inteligente, com o passar do tempo, ficou nítido em sua fala meio que robotizada e suas atitudes em coisas simples do dia-a-dia, como não gostar de certos alimentos pelo simples fato de possuírem texturas diferentes.

Diante das observações, percebeu-se que o aluno apresenta dificuldade na atenção, concentração e memória - quando a atividade não é de seu interesse - sendo preciso aplicar algumas estratégias de facilitação para que fosse concluído as atividades propostas, como jogo da memória, quebra-cabeça ou jogos de raciocínio, nesses momentos ficamos em uma sala da Instituição, denominada *Smart Games*, onde obtive acesso aos jogos e atividades aplicadas. Realizando a mediação, o aluno demonstrou maior interesse e motivação, após reforços positivos.

Durante as observações do estágio, percebeu-se que no plano do AEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado) organizado para o aluno, teve como objetivo estimular a autonomia e autoestima para que o mesmo fosse capaz de construir o conhecimento a partir de suas próprias experiências de mundo. Sendo

assim, foram realizadas observações do aluno na sala de aula, recreio e analisada a avaliação do terapeuta. Também foram realizadas entrevistas de acordo com o roteiro para proposição de um caso com as professoras e com a mãe. O estudo é de cunho bibliográfico e qualitativo, que tem como marco teórico (CURY, 2002,) (TEIXEIRA, 2018,) (MEC/SEESP, 2001). Entre os estudiosos que relatam sobre o AEE e alunos com TEA.

2. A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas

especificidades atendidas. Portanto, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visa constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

Num momento em que o direito ganha novos espaços e abre novas áreas por meio das grandes transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, é importante ter o conhecimento de realidades que, no passado, significaram e no presente ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos. O direito à educação escolar é um desses espaços que não perderá sua atualidade (CURY, 2002, p. 07).

3. DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DO AEE

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (MEC/SEESP, 2001).

O atendimento educacional especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2006).

Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dentre as atividades de atendimento educacional especializado, são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos

de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva.

Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O AEE é acompanhado por meio de instrumentos que possibilite monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados públicos ou conveniados.

O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Portanto, a inclusão escolar não pode estar com seu foco voltado apenas à transmissão de conhecimento baseado na forma tradicional de ensino, pois se torna ineficaz para grande parte dos alunos especiais. Segundo Blanco (2004), a escola tradicionalmente focalizou sua atenção em satisfazer às necessidades comuns, delineando objetivos sem considerar as características específicas de cada aluno.

Não há como alcançar êxito na educação de crianças - quando existem diferenças entre características físicas, comportamentais e emocionais próprias de cada aluno - tendo uma prática de ensino homogênea. De acordo com Perrenoud (2001), grande parte das estratégias de ensino utilizadas pelo professor devem ser adaptadas às características dos alunos, à composição da classe e à história das relações entre os alunos, entre eles e os professores.

3.1 O Atendimento Educacional Especializado

Os documentos que atualmente subsidiam a política de inclusão por meio dos serviços especializados são, principalmente, a Resolução n° 4, de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e o Decreto n° 7.611/11 (BRASIL, 2011, p. 12) que dispõe sobre a educação especial, atendimento especializado e outras providências.

O atendimento educacional especializado (AEE), de acordo com o Artigo 1° da Resolução n° 4/2009, é aquele “ofertado nas salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de Instituições

comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” e tem como função complementar ou suplementar a formação dos alunos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

O público-alvo do AEE são alunos com deficiência; com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Quanto ao atendimento a ser realizado, na Resolução 4/2009, o artigo 5º prevê que o mesmo seja:

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009).

De acordo com a lei acima mencionada, o mesmo vem assegurar aos alunos de sala de aula do ensino regular com necessidades educacionais especiais a ter um atendimento diferenciado para atender suas habilidades e potencialidades no seu processo de aprendizagem, esse é o papel da sala de recursos ofertado para o AEE. O mesmo deve ser ofertado no contraturno, ou seja, o aluno estuda no período regular

de manhã e à tarde frequenta a sala de recursos, para desenvolver seu cognitivo, entender suas limitações tendo a mediação do especialista.

4. DEFINIÇÃO O QUE É O AUTISMO (TEA)

O Autismo (TEA) foi conceituado pela primeira vez por Leo Kanner, em 1943, especialista em psiquiatria pediátrica nos Estados Unidos, a partir da observação de um grupo de crianças com comportamento peculiar caracterizado por uma incapacidade inata de estabelecer contato afetivo e interpessoal. Kanner considera a síndrome autística como pertencente à categoria das psicoses.

TEA é uma condição comportamental em que a criança apresenta prejuízos ou alterações básicas de comportamento e interação social, dificuldades na comunicação, por exemplo, na aquisição de linguagem verbal e não verbal; alterações na cognição e presença de comportamentos repetitivos ou estereotipados (TEIXERA, 2018, p.14).

Para o autor mencionado, o autismo é um tipo de transtorno neurológico que afeta o comportamento da criança, a idade mínima para o diagnóstico é a partir dos dois anos de idade, afetando mais os meninos, segundo as pesquisas científicas. Esta deficiência altera a criança na interação social, trazendo outras consequências como no cognitivo e na linguagem da criança. Muitas vezes apresentam comportamento agitado, movimentos repetitivos e não gostam de sair de sua rotina.

O autismo é um transtorno do desenvolvimento, caracterizado por comportamentos, atividades e interesses restritos, repetitivos e estereotipados afetando a comunicação e a socialização da criança.

5 A LEI DO AUTISMO LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art.º 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

Art. 3º - São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

III- o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integrá-las suas necessidades de saúde, incluindo:

O diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

O atendimento multiprofissional;

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art.º. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Portanto, esta lei veio para amparar as crianças autistas e que elas tenham seus direitos garantidos perante a sociedade. As escolas que recebem essas

crianças devem estar preparadas e adaptadas às suas necessidades. Sendo assim, a inclusão escolar veio para quebrar paradigmas de exclusão da sociedade para com essas pessoas com deficiências. Devemos acolher e reconhecer o outro e respeitar suas adversidades.

6. CONTRIBUIÇÕES DO AEE PARA OS AVANÇOS DE APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TEA

O AEE tem como objetivo principal trabalhar crianças autistas, desenvolver sua autonomia a fim de proporcionar mais segurança ao executar tarefas do cotidiano: familiares e escolares, sendo os dois ambientes de suma importância para o aprendizado da criança

A participação dos pais é muito importante no processo de aprendizagem da criança e são eles os responsáveis por grande parte da aprendizagem do filho, bem como do incentivo ao convívio social. A criança autista tende a fixar rotinas. Porém, isso deve acontecer de forma natural ao mesmo tempo em que a rotina é importante, é necessário também levar em consideração que o autista deve aprender e aceitar as mudanças de forma gradativa.

É fundamental que a professora do AEE trace objetivos e desenvolva meios que ajudem as crianças com necessidades especiais a desenvolverem suas potencialidades e habilidades. Sendo necessário planejar selecionar o que é importante para cada criança em atendimento, e se faz necessário, também, que a professora da sala regular e a especialista do AEE planejem-separa elaborar atividades que trabalhe com

as dificuldades das crianças, para que as mesmas, venham a se desenvolver no seu processo de ensino e aprendizagem, principalmente indivíduos com TEA.

Num momento em que o direito ganha novos espaços e abre novas áreas por meio das grandes transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, é importante ter o conhecimento de realidades que, no passado, significaram e no presente ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos. O direito à educação escolar é um desses espaços que não perderá sua atualidade (CURY, 2002, p. 07).

Nesse sentido, o autor argumenta que os professores e as escolas devem reavaliar, de modo crítico, sobre suas práticas para assegurar a participação e o desenvolvimento de todos os alunos, na tentativa de criar ambientes e formas de ensinamentos adequados para suprir as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão chegou no século XXI para quebrar paradoxos e amparar todas as crianças com necessidades especiais que muitas vezes eram discriminadas pela sociedade. Nessa perspectiva, aprofundou-se os conhecimentos sobre o atendimento educacional especializado para crianças com TEA. A partir das análises bibliográficas realizadas referentes ao tema deste trabalho, conclui-se que AEE, desenvolvido na SRM, veio para agregar a sala de ensino regular para a melhoria do ensino, dando suporte as crianças com necessidades especiais, para que essas tenham o desenvolvimento adequado em sua aprendizagem.

Diante desse estudo, verificamos que Autismo é um tema muito complexo e de suma importância para ser discutido e analisado em nossa sociedade, pois para que essas crianças com TEA possam conquistar seu espaço, vencer o preconceito no qual ainda é uma barreira, faz-se necessário o desenvolvimento de novas estratégias educacionais a fim de estimular suas habilidades e potencialidades, superando suas limitações. A partir das propostas apresentadas, levantaram-se possibilidades e sugestões de trabalho para enriquecer o fazer pedagógico AEE.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994. BRASIL. Ministério da Educação.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151644462006000500002>

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação/CNE. **Resolução 04/2009**. Instituiu diretrizes operacionais para atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial.

_____. **Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/22/03/2019>>

CAMPANÁRIO, Isabela Santoro. Espelho, espelho meu: A psicanálise e o tratamento precoce do autismo e outras psicopatologias graves. Salvador: Ágalma, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/112764.htm>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm>

<<http://diseasestreatments.com/autism>>

<<https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/cssf/audienciaspublicas/audienciaspublicasanteriores/audiencia-2013/audiencia-02.04/apresentacao- ACESSO DIA 16/03/2019>>

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e Inclusão escolar: história e fundamentos.** 1. Ed. Curitiba: InterSaberes, 2012. (Serie Inclusão Escolar).

ÍNDICE REMISSIVO

1

1 ano e 11 meses de idade., 112

A

A política da Educação Especial,
111

Acompanhamento, 11, 13

Administrativo, 17

AEE, 111

Alunos, 11

Análise, 14

Apoio técnico, 17

Aprender, 63

Aprendiz, 72

Aquisição de habilidades, 16

Aspectos afetivos, 79

Assessoramento, 25

Atendimento Educacional, 110

Autismo infantil., 111

Autonomia, 22, 83, 97

Autoritarismo, 12

Avanço, 15

B

Base Nacional Comum Curricular,
81

Brincadeiras, 79

Brinquedos, 39, 79

Bullying, 62

C

Capacitação, 61

Carreira, 12, 23

Ceis, 50

Centralização, 12

Centros de Educação Infantil, 50

Ch

Chefia, 27

C

Cidadãos críticos, 19

Ciências, 12

Classe social, 39

Colaboradores, 65

Comunidade, 12, 57, 62

Condição racial, 43

Conhecimento, 15

Conhecimento informal, 64

Consciência social, 26

Conscientização, 74

Conservadoras, 20

Constituição, 43

Construção, 25

Construção do saber, 57, 64

Contabilidade, 26

Cooperação, 13

Coordenador, 17

Coordenadores, 25

Corpo docente, 70

Creches, 45

Crescimento, 71

Crescimento intelectual, 61

Criança, 37

Crianças autistas, 68

Crianças de 0 a 3 anos, 49

Crianças de 4 e 5 anos, 49

Crianças negras, 47

Criatividade, 78

Crítérios, 14

Cultura, 61

Currículo, 60

D

Decisões, 12

Dedicação, 70

Deficiência, 68

Democratização, 12, 62

Depredação escolar, 21

Desenvolvimento, 11, 14, 63

Desenvolvimento cognitivo, 79

Dialoga, 38

Diferenças, 62, 63

Dificuldades, 81

Dignidade, 21

Direito, 37
Direitos básicos, 47
Direitos e deveres, 32
Diretor, 17
Discernimento, 23
Discriminação, 47

E

ECA, 43
Econocrática, 26
Econômico, 12
Educação Básica, 11
Educação gratuita, 47
Educação Infantil., 94
Educação pré-escolar, 46
Educação tecnológica, 70
Educaçõespecial e o Decreto n°
7.611/11, 118
Eixos estruturantes, 102
Elaboração do conhecimento, 16
Empresa, 25
Ensino de qualidade, 11
Equipe gestora, 81
Escola, 37
Escravidão, 45
Espaços escolares, 30
Especializado., 111
Estado da arte, 14
Estatuto da criança e do
adolescente, 43
Estratégias, 79
Estudantes, 18
Ética da escola, 60
Eu emocional, 100
Eu intelectual, 100
Eu social, 100

F

Faixa de 4 e 5 anos, 49
Família, 16
Filosofia, 29
Formação, 61
Formação acadêmica, 12
Formação de valores, 16
Formação docente, 11
Formadores de opinião, 19
Funcionário, 18
Funcionários, 16

G

Generalista, 28
Gestão, 13
Gestão, 94
Gestão de pessoas, 13
Gestão Empresarial, 26
Gestão escolar, 11
Gestor, 11
Grupo cultural, 39

H

Habilidade, 13
Habilidades, 63
Herança escravocrata, 47
História, 14
Honestidade, 30
Humanístico., 69

I

Igreja, 63
Inclusão, 60
Indígenas, 47
Infância feliz, 40
Instituições públicas, 11
Integração, 13, 62
Integrar, 63
Intelectuais, 30
Inteligência emocional, 61
Interdisciplinaridade, 16

J

Jogos, 79
Juventude, 51

L

LDB, 59
LDBEN, 12
Lei n° 9394/96, 59
Lei de Diretrizes e Bases da
Educação Nacional, 12
Leitura, 40
Levantamentos estatísticos, 21
Líder, 61
Liderança, 16
Limitações, 78

LÚDICO, 77

M

Mecanismo, 63
Mediador, 58
Mercadológico, 70
Migração, 24
Mortalidade infantil, 45
Mudança, 15, 20
Múltiplas funções, 32
Município, 13, 38

N

Negócios, 20

O

Olhar crítico, 100
Oportunidades, 74

P

Pais, 11
Participação, 13
Pedagogia, 12
Pedagógico, 16
Pesquisas, 13
Planejamento estratégico, 13
Plano municipal de educação de
Fortaleza, 43
Poder Público, 51
Político, 12
Portadores de deficiência, 46
Portaria Ministerial n° 555, de 5 de
junho de 2007, 116
Prática docente, 11
Prática universitária, 24
Práticas pedagógicas, 78
Práticas segregacionistas, 60
Preconceito, 89
Pré-escola, 94
Princípios éticos, 80
Privilegio, 44
Processo educacional, 44
Professores, 11
Profissional, 12
Projetos, 16
Prontuário, 21

Q

Qualidade, 17
Qualidade do ensino., 53

R

Rede pública, 38
Relações humanas, 21
Relações interpessoais, 118
Religião, 47
Respeito, 27
Responsável legal, 17
Resultados, 17

S

Secretaria, 68
Secretaria Municipal de Educação,
14
Sensibilidade pedagógica, 23
Socialização, 79
Sociedade, 39
Sociedade de serviços, 20
Sociedade industrial, 20
Socioeducacionais, 15
Solidariedade, 70
Supervisor, 18
Supervisora, 16

T

TDAH, 79
TEA, 77
Tecnologias, 12
Tempo histórico, 39
Tendências, 16
Teorias da administração, 13
Termos de processo, 15
Tolerância, 28
Trabalho, 73
Transtorno do Déficit de
Atenção com Hiperatividade,
79
Transtorno do Espectro Autista,
77

V

Violência, 21

Visão social, 82
Vocação, 30

